

Nuno André Vales da Cunha

“O ensino profissional como via para a inserção laboral e o desenvolvimento profissional”

— Mestrado em Educação: Especialização em  
Administração das Organizações Educativas

maio

2021



Nuno André Vales da Cunha

“O ensino profissional como via para uma inserção laboral e desenvolvimento profissional”

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de  
MESTRE

Orientação  
Professora Doutora Vera Diogo

— MESTRADO EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM  
ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS



*“Não sabemos de facto como vai ser o futuro, não sabemos que emprego e que atividades profissionais irão existir, não sabemos onde nos levará a violência institucionalizada, nem onde nos conduzirá esta demência coletiva que está a tomar o poder em tantos e tão poderosos países do mundo, não sabemos o que será esse tempo “pós-humano” de que alguns pensadores já falam, sim, pouco sabemos do futuro, que nunca foi tão incerto e instável. E a escola, deverá sobretudo criar autómatos mais ou menos programados, humanos que qualquer máquina irá controlar, ou seres únicos e capazes de controlar as suas vidas, capazes de construir livre e solidariamente projetos de vida?”*

Joaquim Azevedo, 2017



## AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Vera Diogo, pela constante disponibilidade e celeridade com que respondia às minhas solicitações e pelo rigor crítico com que sempre orientou este projeto.

Aos *stakeholders* internos (ex-alunos e professores) e externos (empresas parceiras) que colaboraram neste estudo;

Por último, uma palavra especial para a minha família e amigos pela sua compreensão e palavras de incentivo: à minha esposa Paula, pela paciência e apoio na gestão familiar.

À minha filha Inês, pela alegria, força e convicção com que me brinda todos os dias, com o seu sorriso, seus abraços, pelas suas meiguices e marotices!

## RESUMO

O presente estudo visou perceber a influência dos cursos profissionais a funcionar no Agrupamento de Escolas de Fontes Pereira de Melo no que à empregabilidade dos alunos diz respeito, após a conclusão do ensino secundário.

É efetuada uma breve resenha do ensino profissional em Portugal, nomeadamente após a sua reintrodução após 25 de Abril de 1974, bem como as implicações da regulação transnacional neste tipo de ensino.

Na génese do ensino secundário profissional está, antes de mais, um imperativo ético. Ao concretizá-lo seguiu-se um caminho novo, uma outra política de educação conforme é defendido por Joaquim Azevedo na sua interpretação do modelo de ensino profissional em Portugal.

Se a procura destas escolas iniciou com o recurso a jovens que tinham reprovado nos cursos de ensino secundário e até de jovens que já tinham abandonado o sistema, fruto da reprovação sucessiva e da desmotivação, rapidamente as escolas profissionais começaram a ser procuradas como primeira opção por jovens que transitavam do nível básico para o nível secundário de ensino e formação.

Para efetuar este estudo, optou-se pela aplicação de questionários aos vários *stakeholders* internos e externos do ensino profissional dos oito cursos a funcionar na escola em questão à data do estudo de caso.

Após análise dos resultados, verifica-se que existe ainda muito caminho para percorrer no que ao ensino profissional diz respeito, tendo em conta que as visões dos *stakeholders* internos e externos expõem e transparecem processos que podem e devem ser melhorados, quer na adequação dos cursos ao mercado de trabalho da respetiva área profissional, quer ao nível da empregabilidade que deve ser fomentada, dado o cariz prático formativo que caracteriza os cursos profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Profissional, Escolhas e Expectativas, Escolas Profissionais, Empregabilidade.

## **ABSTRACT**

### RESUME

The present study aims to understand the implications of professional courses operating in the Pereira de Melo School Group, in what concerns the employability of students after the completion of secondary education.

In this study, a brief review of vocational education in Portugal is made, namely after its reintroduction after the April 25, 1974 revolution, as well as the implications of transnational regulation in this type of education.

In the genesis of vocational secondary education there is, above all, an ethical imperative. In achieving this, a new path was followed, another education policy as advocated by Joaquim Azevedo in his interpretation of the model of professional education in Portugal.

If the demand for these schools started with the use of young people who had failed secondary education courses and even young people who had already left the system, as a result of successive failure and demotivation, professional schools quickly began to be sought as the first option by young people moving from basic to secondary education and training.

In order to carry out this study, it was decided to apply questionnaires to the various internal and external stakeholders in the professional education fields of the eight courses operating in the school in question by the time of the study.

After analyzing the results, it appears that there is still a long way to go as far as professional education is concerned taking into account that the opinions of internal and external stakeholders expose processes that can and should be improved both in terms of adaptation to the labor market of each professional field, or the level of employability that should be promoted given the practical formative nature that characterizes professional courses.

**KEYWORDS:** Professional Education, Choices and Expectations, Professional Schools, Employability



Índice	
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	xi
INTRODUÇÃO	13
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	15
1.1. Trabalho e Educação nas Sociedades Modernas	15
1.1.1. Os Cursos Profissionais nas Escolas Públicas	24
1.1.2. Ensino Profissional na Europa	25
2. CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO	31
2.1. Fundamentação Metodológica	31
2.1.1. Pesquisa qualitativa/quantitativa	31
2.2. Problema e sua justificação	34
2.2.1. Objetivos	34
2.3. Local de estudo e participantes	36
2.3.1. Local de estudo	37
2.3.2. Participantes	39
2.4. Técnicas de recolha de dados utilizadas	41
2.5. Técnicas de tratamento de dados utilizadas	42
3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	42
4. PLANO DE AÇÃO	69
5. CONCLUSÃO	80
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
7. APÊNDICES	89



## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ALV- Aprendizagem ao Longo da Vida

ANQ-Agência Nacional para a Qualificação

JAP – Junior Achievement Portugal

JA-YE – Junior Achievement Young Enterprise

CASES – Cooperativa António Sérgio Economia Social

CEE- Comunidade Económica Europeia

CET- Curso de Especialização Tecnológica

CEDEFOP – Centro Europeu Desenvolvimento e Formação Profissional

EFP- Educação e Formação Profissional

EU- União Europeia

EQAVET - European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training

FCT- Formação em Contexto de Trabalho

FSE- Fundo Social Europeu

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

LBSE-Lei da Bases do Sistema Educativo

PAP-Prova de Aptidão Profissional

POPH-Programa Operacional Potencial Humano

UE- União Europeia

VET- Vocational Education and Training



## INTRODUÇÃO

O ensino técnico e profissional tem-se diferenciado do ensino secundário regular pelo seu carácter marcadamente funcional e reprodutor das estruturas sociais Boudelot (Boudelot, 1971); Bourdieu (Bourdieu, 1964), (Bourdieu, 1970); Cruzeiro (Cruzeiro, 1978); Martins (Martins, 1991) e Pardal (Pardal, Franco, Dias, Novaes, & Sousa, 2003) a pensar na inclusão no mercado de trabalho e nas necessidades da indústria/economia.

Nos últimos anos, tem-se vindo a alterar o conceito de diferenciação negativa e afirmado como válida esta modalidade de ensino, que tende a ser apresentada como alternativa ao ensino superior.

O ensino técnico e profissional surgiu e desenvolveu-se por necessidade do sistema económico resultante da revolução industrial durante o Séc. XIX de forma não integrada no ensino clássico existente verificando-se, até, uma distinção profunda quanto aos conteúdos e fins a que ambos se destinavam bem como a proveniência dos alunos que os frequentavam existiam proveniências diferenciadoras. Desta forma, enquanto o ensino humanista dito tradicional era frequentado pelas classes sociais aristocratas e pela alta burguesia, o ensino técnico e profissional destinava-se, quase em exclusivo, às classes populares urbanas ou às classes rurais de maiores aspirações segundo Rocha (Rocha., 1987).

A correspondência entre conteúdos e necessidades funcionais e entre a sua frequência pelos alunos dos grupos sociais mais desfavorecidos manteve-se ao longo de todo o século XX e disso deram conta vários estudos durante a última metade deste século Boudelot (Boudelot, 1971); Bourdieu (Bourdieu, 1964), (1970); Cruzeiro (Cruzeiro, 1978); Martins (Martins, 1991); Pardal (Pardal, 2003). A seleção de alunos para este ensino tem sido feita também entre aqueles que, podendo ser também originários das classes médias e médias altas, foram sujeitos a reprovações sucessivas durante o ensino básico (Martins, 1993) criando-se o estigma de que este tipo de ensino seja uma via mais facilitada para a conclusão do ensino secundário.

O ensino profissional é uma via de ensino secundário, existente em Portugal, e uma parte integrante deste tipo de ensino é a componente tecnológica que tem como objetivo a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, por parte do aluno, para que a sua integração no mercado de trabalho seja mais facilitada.

Sendo o objetivo dos cursos profissionais a integração no mercado de trabalho, é importante saber a relevância e grau de participação destes cursos analisando os contributos/benefícios obtidos com a certificação conferida, após a conclusão do percurso formativo.

Este trabalho tem um objeto de estudo semelhante ao processo de certificação europeu de formação profissional denominado EQAVET<sup>1</sup> que se encontra a ser implementado na escola onde o trabalho de investigação será aplicado. Contudo, este projeto foi concebido anteriormente à decisão de implementação do processo de certificação, partindo de motivações pessoais (sendo eu professor desta tipologia de ensino, cabe-me crescer e evoluir em sentido positivo no processo de ensino, estando certo que os resultados espelharão oportunidades de melhoria, quer como profissional quer como ser humano, uma vez que os nossos “clientes” diários são as pessoas, são os alunos), e profissionais (como professor desta tipologia de ensino, parte interessada quer nos resultados obtidos com o estudo de caso, quer no plano de ação que resultou do estudo para uma melhoria contínua no processo ensino/aprendizagem), sendo os objetivos principais deste projeto diferentes dos objetivos do referido processo.

Os objetivos do projeto EQAVET a implementar na escola tem como objetivo certificar os cursos vigentes e foi concebido para melhorar a educação e formação profissional (EFP) no espaço europeu, colocando à disposição das

---

<sup>1</sup> EQAVET (European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training) – é um instrumento adotado, pelos Estados-Membros da União Europeia que lhes permite documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta de Ensino e Formação Profissional (EFP) e a qualidade das práticas de gestão.

autoridades e dos operadores ferramentas comuns para a gestão da qualidade, a aplicar no âmbito da legislação e das práticas nacionais.

A implementação de sistemas de garantia da qualidade alinhados com o Quadro EQAVET permite o enraizamento de uma cultura de melhoria contínua que é estratégica para o Sistema Nacional de Qualificações e que seja motor para o reforço da confiança nas modalidades de dupla certificação do Sistema, concorrendo para:

- a maior atratividade do Ensino e Formação Profissional (EFP) junto dos jovens e encarregados de educação;
- a credibilização do sistema de Ensino e Formação Profissional;
- o envolvimento nos processos de garantia da qualidade da oferta de EFP por parte dos empregadores;
- a notoriedade da EFP junto da população em geral.

## **1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA**

### **1.1. TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS SOCIEDADES MODERNAS**

Neste capítulo, enquadrei a presente investigação no cenário societário atual, tendo como foco de análise a evolução da sociedade no que à visão sobre o ensino profissional diz respeito, nas principais evoluções das sociedades, manifestadas no decorrer do Séc. XX e início do Séc. XXI. As evoluções que manifestaram esta tendência, de crescimento e aposta no ensino profissional, eram visíveis no desenvolvimento da ciência e da técnica e da sua difusão nas diversas esferas da sociedade, o avanço do

profissionalismo e a afirmação dos grupos profissionais e a expansão e o aumento da centralidade do subsistema de ensino superior, no quadro de sistemas de ensino padronizados, à escala mundial.

Entende-se que o ser humano não se deve colocar apenas no seu contexto sociodemográfico específico, mas sim que se englobe no mundo, considerando outros contextos e mesmo outras sociedades.

Nas diversas etapas da nossa vida, quer na formação e na evolução humana, somos influenciados pelos meios sociais. Não podemos assumir então que o homem é um ser isolado dos restantes pares. Somos considerados seres individualizados e, ao mesmo tempo, coletivos, somos influenciados pela sociedade, a partir das inúmeras relações sociais e padrões culturais que constituem uma sociedade. Por isso, analisar o processo de socialização, os agentes intervenientes neste processo, a cultura e o conceito de identidade social é de fundamental importância para compreender os problemas sociais que ocorrem atualmente, tendo a educação e particularmente os sistemas de ensino papel de destaque, nesta análise.

Assim, há uma forte tendência à homogeneização social, cultural e política, desencadeando na educação, intrinsecamente essas três dimensões de globalização segundo Azevedo (Azevedo, 2007).

O movimento global proporciona uma educação cada vez mais com políticas estatais homogêneas segundo Azevedo (Azevedo, 2007), incidindo sobre os Estados metas e objetivos, limitando os mesmos quanto à sua autonomia frente ao gerencialismo de organismos internacionais e de países hegemónicos (Krawczyk, 2008); (Marinis, 2008). Estas instituições, sob o poder de indicadores e comparações, tendem a proporcionar a elaboração de legislação educacional semelhante entre os diferentes países da união europeia.

Na sequência desta globalização educacional, e à imagem de outros países, foi desenvolvida a vertente profissional do ensino para responder às necessidades de uma sociedade ávida de força de trabalho qualificada focada na componente técnica.

Não obstante de se tratar de um tipo de ensino conotado, erradamente, como inferior em termos de exigência e procurado por alunos marcados por insucessos nos seus percursos anteriores, o ensino profissional possui taxas de sucesso superiores ao ensino regular e taxas de abandono escolar inferiores tendo em conta a área de interesse dos alunos ir ao encontro da área de formação do curso escolhido.

Com a revolução Industrial do século XIX, e com as conseqüentes alterações do sistema produtivo, houve necessidade de introduzir e desenvolver o ensino técnico-profissional num sistema de ensino separado do até então existente, clássico e humanista, com programas, fins e destinatários completamente distintos.

O ensino técnico-profissional destinava-se a alunos provenientes de classes populares urbanas e rurais, com maior aspiração de mobilidade social, ao passo que o ensino dito regular era frequentado exclusivamente pela aristocracia e pela alta burguesia. Este estigma criado em volta do ensino técnico-profissional perdurou ao longo das várias reformas educativas efetuadas durante o século XX, e manteve-se até há poucos anos atrás, onde continuava a ter como destinatários alunos de classes sociais mais baixas, verificando-se no sistema de ensino uma “seleção e reprodução das estruturas sociais” como refere (Pardal, Franco, Dias, Novaes, & Sousa, 2003).

Após a revolução de abril de 1974, terminou a separação dos dois sistemas de ensino vigentes – liceal e técnico (comercial e industrial) -, com as indicações de que este tipo de ensino era sinónimo de desigualdades sociais. Os alunos oriundos de classes sociais mais desfavorecidas eram normalmente encaminhados para o ensino técnico pela falta de horizontes escolares, enquanto que os alunos de classes sociais mais elevadas eram encaminhados para o ensino liceal. Com esta revolução o ensino tornou-se generalista, onde todos os alunos teriam as mesmas oportunidades num ensino democratizado, privilegiando a formação geral cultural e cívica, consagrado na constituição de 1976 artigo 73º, nº2:

*“O Estado promoverá a democratização da educação e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.”*

Procurou-se assim, desenvolver a consciência crítica dos cidadãos, tornando-os mais intervenientes na sociedade, cortando com os valores e a doutrina defendida pelo Estado Novo.

Esta unificação do ensino em Portugal, ao contrário dos objetivos inerentes à sua criação – em que o principal objetivo era a igualdade de oportunidades, provocou alterações no sistema educativo que se repercutiram até aos dias de hoje, nomeadamente: “um ensino secundário dependente e subsidiário do ensino superior, insucesso escolar elevadíssimo” – sobretudo nas classes sociais mais desfavorecidas -, “e desinteresse pela escola” (Pardal, 2003).

Existiam diversos fatores sociais e também algumas pressões internacionais que conduziram a alteração dos pressupostos na criação do ensino democrático em Portugal, nomeadamente:

- Diretivas emanadas por diversas organizações internacionais- OCDE, UNESCO e Banco Mundial, (Azevedo, 1991);
- O abandono juvenil do sistema educativo;
- O desemprego por entre os jovens por falta de qualificação profissional;
- Um sistema de ensino sem formação vocacional orientada;
- O *numerus clausus* na entrada no ensino superior, que deixa de fora milhares de jovens com o 12º ano sem preparação profissional;
- Pressões das famílias e empregadores que acusavam o sistema de ensino de ineficácia, (Azevedo, 1991).

Pode ser observado na figura 1, uma síntese dos fatores que impulsionaram a criação do ensino técnico-profissional.



**Figura 1 - Síntese sobre as pressões internas e externas para a criação do ensino técnico**

Como refere (Stoer, 1990) o *eixo Educação-Democracia* dá lugar ao *eixo Educação-Mercado de Trabalho*, ou seja, passa a estar vigente o princípio de que a formação educacional, com formação profissional adequada, é fulcral

para o desenvolvimento económico do país, contrariamente aos princípios anteriormente defendidos, e que levaram à unificação curricular “normalizando” a educação. Desta forma, ganha força em Portugal a teoria do capital humano, baseando-se no pressuposto que uma economia de um país em desenvolvimento, cresce com o nível de educação/formação dos seus cidadãos, vendo os governos a aposta na educação/formação uma forma de aumentar o desempenho económico do país.

O ensino secundário fica estruturado em três vias - Via Ensino Regular, Técnico Profissional e profissional -, tendo as duas primeiras uma duração de 3 anos letivos e dando acesso ao ensino superior, e a última uma duração de um ano letivo com estágio de seis meses e sem acesso ao ensino superior. O estágio efetuado numa empresa da área do curso corresponde a uma inovação, bem como uma aproximação entre o sistema educativo e o tecido empresarial havido de mão de obra qualificada para integração nos seus quadros. No seu primeiro ano de funcionamento (1983) são criadas, como experiência pedagógica, 42 turmas do ensino técnico em 42 escolas de todo o país. Os cursos Técnico Profissionais estão estruturados de uma forma bipartida, com uma componente de formação de caráter geral, variável em função do curso que contabiliza entre 15% e 17%, ao passo que esta componente representa cerca de 67% nos cursos de Via de Ensino, tendo os cursos profissionais apenas formação profissional, visando a formação de operários para execução de tarefas em determinado sector de atividade. É de salientar que estas três vertentes de ensino coexistiam na mesma instituição – a escola secundária.

O ensino profissional, entretanto, foi-se extinguindo devido à falta de interesse dos alunos neste tipo de formação, por falta de equipamentos nas escolas em que se ministrava este tipo de cursos, também por alguma desvalorização por parte dos professores por este tipo de ensino e à dificuldade de organização dos estágios sendo difícil chegar ao tecido empresarial para integração dos formandos. (CEDEFOP).

A implementação do ensino Técnico-Profissional em Portugal não teve a adesão esperada no seu lançamento em 1983, verificando-se um enorme desequilíbrio entre a oferta e a procura deste tipo de ensino no ano letivo de 1985/1986 onde somente 53% das vagas foram preenchidas (Azevedo, 1991, p. 42), sendo as áreas dos serviços e tecnologias as mais procuradas, em oposição aos cursos do sector produtivo, nomeadamente a mecânica, a construção civil e a metalomecânica. Uma falência premonitória deste tipo de ensino, teve origem em algumas debilidades do seu modelo de funcionamento, nomeadamente por se tratar “de um modelo de formação contextualizado nas malhas do ensino secundário regular, pouco flexível, demasiado regular para ser especializado, pouco aberto à iniciativa local e à gestão autónoma de perfis profissionais, de programas e de projetos educativos” (Azevedo, 1991, p. 142), já (Rocha, 1995) coloca em evidência no seu estudo, que uma das causas do fraco sucesso deste tipo de cursos, deve-se ao fato de a maioria dos alunos que o frequentam serem alunos oriundos de classes sociais mais desfavorecidas, com insucessos acumulados nos percursos escolares anteriores.

Outra das razões elencadas, foi a escassez de recursos económicos, o que levou a que o ensino técnico ficasse sujeito aos professores, materiais, e instalações existentes nas escolas secundárias – materiais e equipamentos provenientes dos antigos cursos comerciais e industriais -, sendo estes os principais motivos de definição da oferta formativa e não as verdadeiras necessidades do mercado empresarial que recebia os formandos provenientes dos cursos.

Houve então necessidade de repensar e reestruturar este tipo de ensino. O ano de 1986 teve repercussões importantes no sistema de ensino vigente, principalmente a nível do ensino técnico e profissional.

Foi neste ano que ocorreu a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia - que veio trazer alterações importantes a nível de financiamentos, através do Fundo Social Europeu, e deu-se a aprovação de uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) a 14 de outubro.

Com a aprovação e implementação desta legislação, a nova organização do ensino secundário prevê a existência de “cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudo, todos eles contendo componentes de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos” (art. 10.º) e no art.46.º a integração do Conselho Nacional da Educação (CNE), que possui um objetivo consultivo e que integra as entidades sociais, culturais e económicas, com o objetivo claro de se obterem consensos abrangentes sobre o sistema educativo em Portugal.

Com vista à reorganização do sistema de ensino, são constituídos grupos de trabalho, dos quais Pardal (Pardal, 2003) destaca dois, um encarregado de elaborar a Reorganização dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário, e outro encarregado do Projeto de Organização da Formação Profissional, cuja coordenação esteve a cargo de Joaquim Azevedo e que apresentou o seu relatório em agosto de 1987.

Decorrente da uma perspetiva referida anteriormente e por outros fatores, criou-se um contexto favorável ao aparecimento dos projetos educativos das escolas profissionais, assentes na iniciativa da sociedade civil, e tendo como incentivadores, *stakeholders* locais (sociais, económicos), atuando o estado como agente regulador e mediador destas relações, e em parte financiador.

Através da implementação do Dec. Lei n. º26/89, de 21 de janeiro, são criadas as primeiras escolas profissionais, sendo regimentadas através de contratos-programa com o Estado, com base em iniciativas autónomas de instituições da sociedade civil (empresas, autarquias, fundações, associações patronais e sindicais), regendo-se por princípios de uma autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Estas escolas são vistas como uma alternativa de formação socialmente credenciada, com um modelo educativo para um maior sucesso pessoal e social – pois trata-se de escolas fortemente ligadas ao meio envolvente onde se encontram inseridas, possuindo uma estrutura relativamente mais pequena, o que segundo (Azevedo, 1991), são alguns dos fatores de sucesso

do modelo educativo destas escolas, traduzindo-se numa melhor democracia e num maior desenvolvimento do país.

Os objetivos presentes na génese das escolas profissionais estão manifestados no art.º 3º do DL n.º26/89 de 21 de janeiro, que deverão passar por: preparar os jovens para a vida ativa; fortalecer a aproximação da escola e do mundo do trabalho, facultando aos alunos contato com a realidade profissional e munindo-os de experiência profissional, através da formação em contexto de trabalho; prestação de serviços à comunidade, promovendo uma valorização recíproca; dotar o país e a região, onde está inserida, de recursos humanos adequados ao seu desenvolvimento; preparar o jovem para a vida ativa ou prosseguimento de estudos numa modalidade de qualificação profissional. Este tipo de cursos capacita os alunos de uma dupla certificação, um certificado que confere ao aluno a posse do ensino secundário e que também possibilita o acesso ao ensino superior, e um outro, de qualificação profissional nível III da União Europeia, que reconhece ao aluno capacidades para integrar o mundo de trabalho na área técnica do seu curso.

Não obstante o sucesso comprovado com a aplicação do modelo das escolas profissionais, existiu sempre um certo estigma notório em muitos sectores da sociedade, relativamente aos alunos que as frequentam, como refere (Azevedo, 1994) em que “muito boa gente tem a sua cabeça ordenada de modo a concluir de imediato: os alunos das escolas profissionais são, obviamente, os que mais reprovam, os que provêm de grupos sociais mais desfavorecidos e os que são filhos de pais iletrados e, por isso, são escolas de segunda”. Também para Psacharopoulos, citado por (Alves, Sousa, Morais, & Araújo, 2009), aponta este preconceito como um dos fatores que levaram ao fracasso do ensino Técnico e Profissional, referindo que: “a maioria das famílias e das crianças vêem estes cursos como segunda opção”. Outro dos fatores que também conota negativamente o ensino profissional como segunda opção, é a média de idades à entrada do 1º ano, que no caso do ensino profissional é superior à da entrada no 10º ano no ensino regular o que

é indicador que os alunos à entrada de um curso profissional já conheceram, maioritariamente a figura da retenção.

### 1.1.1.Os Cursos Profissionais nas Escolas Públicas

Em 2004, face ao aumento da procura, por parte do mercado de trabalho, de alunos com um curso profissional, o conseqüente aumento de alunos a procurarem cursos do mesmo tipo, tendo em conta as metas definidas na estratégia de Lisboa para o ensino e formação profissional e face à incapacidade de resposta das escolas profissionais para a procura, é alargado o ensino profissional às escolas secundárias, nas áreas de mecânica e química, regulamentado pelo DL 74/2004 de 26 de março.

A inclusão do ensino profissional nas escolas secundárias permitiu aumentar o número de alunos nesta vertente de ensino, conseguindo-se um menor desfasamento relativamente à média da União Europeia, consistentemente com os objetivos delineados na Estratégia de Lisboa. A partir do ano letivo 2007/2008, as escolas secundárias públicas passam a ter mais alunos nos cursos profissionais que as escolas profissionais.

No entanto, a inclusão dos cursos profissionais nas escolas públicas, é vista com alguma apreensão. Segundo Azevedo (2009) existe o risco de subverter o propósito deste tipo de ensino uma vez que algumas escolas já canalizam os *meninos de insucesso* para os cursos profissionais, tendo como este tipo de ensino um “fim de linha” para encaminhar os alunos sem aproveitamento nos cursos regulares, arranjando uma “solução fácil e desastrosa, que tem significado o encaminhamento despuadorado dos jovens com dificuldades de aprendizagem para os CEF e para os cursos profissionais, que deve ser urgentemente avaliada e repensada” (Alves & Azevedo, 2010). Orvalho &

Alonso, (Orvalho & Alonso, 2008) consideram mesmo, que o alargamento dos cursos profissionais a todas as escolas públicas no ano letivo 2006/2007, constitui uma situação problemática, pois não foi garantido o acompanhamento sustentado e de proximidade aos diferentes atores – um dos fatores de sucesso do modelo pedagógico das escolas profissionais.

Foram identificados vários pontos de mau funcionamento nomeadamente, a organização da escola incompatível com a flexibilidade da estrutura modular, turmas demasiadamente grandes e elaboradas sem aferição da vocação dos alunos, avaliação essencialmente sumativa, desajustamento dos Regulamentos Internos a este tipo de cursos, resistência à mudança por parte dos professores – “Os professores não só desconhecem os princípios psicopedagógicos subjacentes à estrutura modular do currículo de competências proposto para os cursos profissionais, como o seu trabalho na sala de aula não se alterou” (Orvalho & Alonso, 2008), professores com baixas expectativas em relação aos alunos, e por outro lado os cursos profissionais são vistos como uma segunda oportunidade pelos alunos e suas famílias.

### 1.1.2. Ensino Profissional na Europa

Na Europa podemos encontrar alguns sistemas de ensino profissional -VET- bastante diversificados, referenciados na bibliografia por autores como Azevedo (Azevedo, 1999), Heikkinen (Heikkinen, 2004) e Koudahl (Koudahl, 2010), enquadrados nos três tipos básicos VET:

- O modelo de mercado, em funcionamento no Reino Unido, em que o estado tem pouco envolvimento direto, cabendo às empresas a responsabilidade da formação nas suas áreas de atuação, em conformidade com as suas necessidades.
- O modelo controlado pelo estado- ou modelo burocrático, encontramos este sistema em países como França e Portugal, onde

cabem ao estado os papéis de definir os conteúdos, de administração e regulação da formação, sendo o VET uma parte integrante do sistema de ensino.

- O modelo cooperativista ou dual, representado em países como Alemanha, Dinamarca, Noruega, Holanda, em que a aprendizagem é efetuada em sistema dual, ou seja, os alunos passam parte do tempo numa escola profissional onde apreendem a vertente sociocultural e científica do curso. Uma outra parte do tempo é passada na empresa, onde lhes é facultada a aprendizagem técnica.

A partir de meados dos anos oitenta, já com um mais abrangente de países aderentes a esta modalidade de ensino, entre os quais Portugal, intensificou-se esta cooperação/convergência da educação e formação profissional no seio da CEE. O ensino profissional é visto como uma garantia para concretizar alguns dos seus objetivos estratégicos a diversos níveis, tais como: competitividade da economia, fornecendo ao mercado do trabalho trabalhadores qualificados e com grande capacidade de adaptação; redução da taxa média de abandono escolar após o 3º ciclo; promover o desenvolvimento de competências profissionais ao longo da vida; promover a mobilidade e inovação nos países Comunitários. São criados programas de ação, como por exemplo o programa “Leonardo Da Vinci”, criado em 1995 – e ainda em funcionamento -, cujo objetivo principal passa por apoiar ações de formação e aperfeiçoamento na aquisição e utilização de conhecimentos, competências e qualificações, em contexto de trabalho, proporcionando a recém-licenciados ou trabalhadores a possibilidade de realização de estágios num outro Estado-Membro.

Em Lisboa, em março de 2000, reuniu-se o Conselho Europeu com o intuito de delinear estratégias para as novas exigências criadas pela globalização, e consequentes repercussões numa Economia baseada no conhecimento, donde reverteu o seguinte objetivo estratégico para a década seguinte: tornar a União Europeia no espaço económico mais dinâmico e competitivo do

mundo baseado no conhecimento, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, com maior coesão social (Conselho, 2000), enfatizando a necessidade de investir nas pessoas, pois as pessoas são o principal trunfo da Europa e deverão constituir o ponto de referência das políticas da União (Idem, p. 9).

Para conseguir atingir este objetivo estratégico, é expresso sob a forma de documento a solicitação aos Estados-Membros e ao Conselho que tomem medidas de modo a atingir algumas metas, das quais se destacam: um aumento anual significativo do investimento *per capita* em recursos humanos; o número de jovens numa faixa etária entre os 18-24 anos, que abandonam o sistema de ensino sem completar o ensino secundário, deverá ser reduzido para metade até 2010; deverá ser promovida a mobilidade, através de programas ERASMUS, entre estudantes da União Europeia; deverá ser desenvolvida uma norma europeia comum para os *curriculum vitae*, a utilizar numa base voluntária, por forma a facilitar a mobilidade por meio da ajuda à avaliação dos conhecimentos adquiridos, tanto pelos estabelecimentos de ensino e formação como pelos empregadores; as novas competências básicas, que serão proporcionadas através da aprendizagem ao longo da vida, deverão ser definidas num quadro europeu.

Em 2001, no Conselho Europeu de Estocolmo, foi reiterado o objetivo estratégico do Conselho Europeu de Lisboa, e reforçado o reconhecimento da importância das competências profissionais nas TI, mobilizando para isso, políticas de incentivo à aprendizagem ao longo da vida, e de sensibilização aos jovens para que enveredem por cursos científicos e técnicos. Nesse sentido, mais uma vez é reconhecido o papel crucial do ensino profissional para atingir as metas propostas.

Os países incluídos neste processo vão-se reunido com o intuito de efetuarem um balanço, e ao mesmo tempo, algumas revisões ao que foi definido em Lisboa, consolidando e avaliando algumas medidas, reformulando outras e introduzindo medidas para que sejam atingidos os objetivos

predefinidos, como por exemplo em 2002 em Copenhaga, 2004 em Maastricht, 2006 em Helsínquia, 2008 em Bordéus e 2010 em Bruges.

Relativamente a esta última, são fixados objetivos estratégicos de longo prazo para a cooperação europeia em matéria de Educação e Formação Profissional para o período de 2011-2020, objetivos que se baseiam na experiência adquirida e visam responder aos desafios atuais e futuros, tendo em conta os princípios subjacentes ao processo de Copenhaga (European Commission, 2010), reafirmando a necessidade de diálogo entre as várias partes com interesses neste tipo de ensino – representantes de profissionais do setor, parceiros sociais, as organizações da sociedade civil e profissionais da educação/formação- com vista a rever regularmente os conteúdos programáticos, de modo a permanecerem sempre atualizados de acordo com as evoluções tecnológicas e organização do trabalho, bem como prever as necessidades do mercado de trabalho. A aposta contínua no ensino das competências das tecnologias de informação deverá estar presente na formação pois cada vez mais na vida ativa terá uma importância preponderante, e assim poder-se-á apostar em formações e-learning, pois como salienta (Figueira, 2003):

*“É ainda necessário e fundamental que a qualificação profissional seja delineada e implementada como uma estratégia de desenvolvimento pessoal e profissional de cada indivíduo ao longo da sua vida de forma a que cada um detenha um conjunto de ferramentas e habilidades adequadas para, pelo menos, procurar as necessárias respostas às constantes mudanças do mundo atual.”*

Efetuada uma análise sobre a implementação do sistema de ensino profissional, entre Portugal e na UE, verifica-se que em Portugal o ensino profissional, no ano 2001, representava 23,4% da frequência do ensino secundário, ao passo que na União Europeia cifrava-se por volta dos 60% e na OCDE 47,5%.

Também como forma de unificar o sistema de ensino profissional a nível europeu foi criado e está a ser implementado um Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET), consagrado pela Recomendação de 18 de junho de 2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da União Europeia, foi concebido para melhorar o Ensino e Formação Profissional (EFP) no espaço europeu, colocando à disposição das autoridades e dos operadores ferramenta comuns para a gestão da qualidade, promovendo a confiança mútua, a mobilidade de trabalhadores e de formandos e a aprendizagem ao longo da vida.

O EQAVET é um instrumento a adotar de forma voluntária, que permite documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta de EFP e a qualidade das práticas de gestão, implicando processos de monitorização regulares, envolvendo mecanismos de avaliação interna e externa, e relatórios de progresso, estabelecendo critérios de qualidade e descritores indicativos que sustentam a monitorização e a produção de relatórios por parte dos sistemas e dos operadores de EFP, e evidenciando a importância dos indicadores de qualidade que suportam a avaliação, monitorização e garantia da qualidade dos sistemas e dos operadores de EFP.

Para além desta diretriz e por via da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, é da competência da ANQEP, I.P. promover, acompanhar e apoiar a implementação dos sistemas de garantia da qualidade dos processos formativos e dos resultados obtidos pelos alunos das escolas profissionais, e certificá-los como sistemas EQAVET.

Dada a importância estratégica da garantia da qualidade na EFP, a ANQEP, I.P. definiu um modelo de alinhamento dos sistemas de garantia da qualidade com o Quadro EQAVET que permite abranger, não apenas as escolas profissionais, como também as restantes tipologias de operadores de EFP com oferta de formação inicial para jovens de nível de 4 do Quadro Nacional de Qualificações. A ANQEP, I.P. é responsável pela definição das orientações

técnicas metodológicas de apoio, quer ao processo de alinhamento dos sistemas de garantia da qualidade a implementar pelos operadores de EFP, quer à verificação de conformidade dos sistemas de garantia da qualidade implementados com o Quadro EQAVET.

A verificação de conformidade EQAVET é assegurada por peritos que integram a bolsa de peritos externos constituída e gerida pela ANQEP.

Os peritos externos são docentes ou investigadores do ensino superior com experiência no domínio da gestão e/ou avaliação de sistemas de garantia da qualidade, preferencialmente com conhecimentos no domínio do ensino profissional. Estes peritos são indicados pelas instituições de ensino superior que estabeleceram um protocolo de colaboração com a ANQEP no âmbito da implementação de sistemas de garantia da qualidade na educação e formação profissional, em alinhamento com o Quadro EQAVET.

O reconhecimento de que os sistemas de garantia da qualidade implementados pelos operadores de EFP estão alinhados com o Quadro EQAVET e resulta na atribuição, por parte da ANQEP, I.P., do selo EQAVET.

A implementação deste processo implica a auscultação dos vários “*stakeholders*” intervenientes no processo ensino-aprendizagem e passa pela realização de vários *focus-group* com estes elementos para aferir a pertinência dos cursos profissionais, a metodologia nos processos de comunicação entre as empresas e a escola, etc...

No final, e após a identificação dos fatores menos positivos e da implementação do plano de melhorias será atribuído um selo de certificação que garante a conformidade com o processo de certificação a nível europeu podendo os alunos que concluem este tipo de ensino garantir as suas competências a nível europeu.

## **2. CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO**

### **2.1. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA**

#### **2.1.1. Pesquisa qualitativa/quantitativa**

A recolha dos dados é a primeira etapa do estudo empírico. Igualmente importante, foi a definição prévia da Metodologia a aplicar.

Numa fase posterior, o tratamento e análise dos dados permite codificar, categorizar e agrupar os dados numa Base de Dados com sentido e adequada aos objetivos e às hipóteses da investigação.

A escolha do método (quantitativo, qualitativo ou misto) para o tratamento e a análise dos dados é fundamental para qualquer tipo de investigação.

É importante garantir que o método escolhido é o mais adequado ao tipo de dados, à natureza das variáveis, aos objetivos e às hipóteses da pesquisa.

O método misto, ou seja, a combinação de amostragens, recolha e análise de dados de tipo qualitativo e de tipo quantitativo foi a opção a utilizar neste estudo para garantir a abrangência do estudo e aumentar o seu poder analítico.

Porém, os condicionamentos resultantes da pandemia COVID-19 vieram limitar as possibilidades de recolha de dados de tipo qualitativo, em profundidade.

A investigação segundo o método misto é uma abordagem ao conhecimento (teórica e prática) que tem como objetivo considerar perspetivas e ponto de vista múltiplos.

Estudos com aplicação de metodologia de investigação mista são caracterizados por se orientarem de acordo as seguintes orientações ou objetivos:

- a) Triangulação (procura de convergência e corroboração através de diferentes estratégias);
- b) Complementaridade (procura de elaboração, ilustração e clarificação dos resultados de uma metodologia para outra);
- c) Desenvolvimento (usar os resultados de uma metodologia para informar outras);
- d) Iniciação (descobrir paradoxos e contradições que levam a um reenquadramento da questão de investigação);
- e) Expansão (pretende expandir o alcance e a diversidade da investigação através do uso de diferentes metodologias para diferentes componentes da pesquisa).

Toda a investigação é interpretativa, e há uma diversidade de métodos adequados para diferentes tipos de abordagens.

Assim, as formas convencionais de nos definirmos como investigadores, alinhando-nos com um conjunto específico de métodos (sendo um/a investigador/a qualitativo/a ou quantitativo/a) já não é muito útil. Tal distinção está a tornar-se obsoleta. (adaptado de Schwandt, 2000, in (Johnson, 2007) .

Para Greene (Johnson, 2007) a palavra "métodos" em "Investigação por métodos mistos", ou *Mixed Methods Research* deve ser encarada de forma abrangente. Pode incluir diversas estratégias de recolha de dados (questionários, entrevistas, observações, etc).

Ao nível da análise de dados o enfoque será dado aos alunos dos cursos de formação profissional para obter dados concretos e quantificáveis sobre a empregabilidade após a conclusão do percurso formativo, aos docentes das diversas áreas tecnológicas de aplicação dos cursos recorrendo a questionários, aos responsáveis de empresas que integram os ex-alunos após conclusão dos estudos também com o recurso a questionários.

Em que medida é que este estudo de caso continua a seguir métodos mistos?

De modo muito mais limitado do que ocorria no plano inicial, mas ainda se orienta por esse modelo, na medida em que os questionários incluirão algumas questões abertas que serão tratadas através da análise de conteúdo categorial (Bardin, 1979).

O que se pretende saber com o estudo é o seu percurso profissional após conclusão dos estudos para determinar se o percurso formativo teve ou não influencia na empregabilidade dos indivíduos presentes na amostra e se essa empregabilidade é na área de formação do curso frequentado.

A definição de empregabilidade remete-nos como sendo a capacidade para arranjar um emprego ou para se adequar profissionalmente a um emprego.

Sendo o ensino profissional uma oferta formativa qualificante e com a vocação claramente focada na força de trabalho e de integração no mercado de trabalho, é importante medir/quantificar qual o índice de empregabilidade que os alunos que concluem esta modalidade de ensino obtém.

Importante também será perceber se a formação obtida no decorrer do curso foi importante no processo de empregabilidade após a conclusão do curso.

O ensino profissional é uma via de ensino secundário existente em Portugal contemplado com a componente tecnológica que tem como objetivo a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências, por parte do aluno, para que a sua integração no mercado de trabalho seja mais facilitada. Sendo este o objetivo dos cursos profissionais (empregabilidade dos alunos) é importante saber a relevância e grau de participação destes cursos analisando os contributos/benefícios obtidos, após a conclusão do percurso formativo, com a certificação conferida.

Com a aplicação do estudo de caso poderemos obter orientações concretas sobre a influência/contribuição do ensino profissional na empregabilidade dos alunos após a conclusão do percurso formativo a serem postas em prática em futuros cursos e turmas.

## 2.2.PROBLEMA E SUA JUSTIFICAÇÃO

Os Cursos Técnico Profissionais são um dos percursos do nível secundário de educação, caracterizado por uma focalização no mundo empresarial e no ingresso no mercado de trabalho.

A aprendizagem realizada neste percurso formativo valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, recorrendo à formação e experiência profissional em contexto real de trabalho, unindo a teoria à vertente técnico-prática.

O que pretendo investigar servirá para avaliar/aferir a influência dos cursos profissionais na empregabilidade dos jovens que terminam o percurso formativo através de cursos técnico-profissionais.

Sendo docente de cursos profissionais, para mim, é pertinente saber o contributo destes cursos para a empregabilidade dos alunos após a sua conclusão. Pretendo perceber se as áreas de emprego dos alunos são consentâneas com a formação ou se em nada estão relacionadas com a áreas de formação escolar.

Pretendo também saber a perspetiva das entidades empregadoras face à eventual mais valia dos cursos profissionais para a formação técnicos especializados (opinião das empresas parceiras), bem como a perspetiva dos professores deste tipo de ensino também será avaliada/analizada para futuras orientações de cursos profissionais.

### 2.2.1.Objetivos

O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar, até que ponto, o ensino profissional ministrado no Agrupamento de Escolas de Fontes Pereira

de Melo se constitui, ou não, como um contributo para a empregabilidade dos alunos no mercado de trabalho.

Os objetivos específicos para investigação vinculados neste trabalho têm como principal intuito:

1. Identificar a percentagem de alunos que ingressaram no mercado de trabalho na sua área de formação e /ou fizeram prosseguimento de estudos;
2. Identificar a perceção dos ex-alunos dos cursos profissionais sobre a eficácia da sua formação para a integração no mercado de trabalho;
3. Identificar a perceção das empresas parceiras sobre a importância dos cursos profissionais na capacitação de trabalhadores para o mercado de trabalho;
4. Identificar a perceção dos professores dos cursos profissionais sobre a preparação dos ex-alunos para o mercado de trabalho;
5. Identificar fragilidades no processo de formação/FCT dos cursos profissionais para definir um plano de melhorias a implementar no plano de ação;
6. Garantir que os cursos profissionais permitem uma integração na sociedade de uma forma mais equitativa;
7. Assegurar que os cursos profissionais fomentam a criação do próprio emprego;

Como objetivo de implementação, após a identificação de todos estes marcadores, foi possível efetuar uma análise global e preparar um plano de ação para por em prática nos próximos anos letivos, como guião orientador de uma prática melhorada em conjunto com os *stakeholders* intervenientes no processo.

Com os resultados dos questionários, aplicados aos ex-alunos, aos *stakeholders* internos (professores) e externos (empresas), pudemos interpretar as diferentes visões da realidade, perceber as suas mais-valias e limitações, e delinear um plano de ação para colmatar potenciais fragilidades

do sistema e resolver questões operacionais reveladas no estudo de caso. Esta intervenção permitiu construir um guião de Orientações, a ser tido em conta, nos próximos anos letivos, na preparação das novas turmas, bem como na melhoria contínua de processos e procedimentos, quer com os *stakeholders* internos, quer com os externos.

### 2.3. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

Constituição da amostra ou seleção do “caso” Para Bravo (1998) a seleção da amostra num estudo de caso adquire um sentido muito particular, diríamos que é a sua essência metodológica. Por norma, ao escolher o “caso” o investigador estabelece o referencial lógico que orientará todo o processo de recolha de dados (Creswell, 1994), mas, como é advertido por Stake (Stake, 1995), é importante termos sempre presente que “o estudo de caso não é uma investigação baseada em amostragem. Não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o caso” (Stake, 1995).

Desta forma, a constituição da amostragem é sempre intencional (*purposeful sampling*), “...baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos, procurando não a uniformidade, mas as variações máximas” (Bravo & Eisman, 1998, p. 254).

As amostras qualitativas têm uma série de características que as fazem realçar relativamente às amostras com recurso a probabilidades típicas das abordagens quantitativas (Yin, 1994); (Bravo & Eisman, 1998).

### 2.3.1.Local de estudo

A Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo surgiu a 4 de novembro de 1968 na Rua do Breiner nº 164, em regime diurno e noturno.

No ano letivo 1987/1988 a escola mudou-se para as novas instalações na Rua O 1º de Janeiro, freguesia de Ramalde, onde já funcionava o ensino unificado/secundário e, no ano letivo seguinte, passou a integrar novos cursos Técnico-Profissionais da área da Eletrónica, Mecânica e Informática.

A partir do ano 2000 a escola alargou a sua oferta formativa, primeiro com Cursos de Educação e Formação de nível básico, depois com cursos de Educação e Formação de nível secundário e, a partir do ano letivo 2004-2005, com os Cursos Profissionais.

O seu patrono, António Maria Fontes Pereira de Melo (Lisboa, 8 de setembro 1818 – 22 de janeiro 1887), foi o estadista português do século XIX tido como o principal promotor da política de melhoramentos materiais. Nessa altura, mais de 1000 operários passam a receber instrução nas escolas industriais que de novo se instituem.

No ano letivo de 2009-2010 tiveram lugar profundas obras de remodelação ao nível dos quatro blocos de salas de aula e o edifício principal foi construído de raiz e redimensionado.

O Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo foi criado no final do ano letivo 2011/2012, tendo começado a funcionar como nova unidade orgânica no ano letivo 2012/2013.

Resultou da junção da Escola Secundária com 2.º e 3.º ciclos de Fontes Pereira de Melo, com o Agrupamento Vertical Maria Lamas, do qual já faziam parte as escolas EB Maria Lamas e as EB Caramila, Castelos e Padre Américo.

O agrupamento oferece formação desde o ensino pré-escolar até ao secundário, com cursos científico-humanísticos e profissionais.

Os cursos profissionais de Técnico de Eletrónica Automação e Computadores, Técnico de Desporto, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Mecatrónica Automóvel, Técnico de Multimédia,

Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Receção e Orçamentação e Técnico de Turismo, são propostos anualmente, de acordo com os recursos humanos e materiais, a procura dos alunos e a rede escolar definida pelo ministério da educação.

No sentido de dar resposta a alunos com dificuldades em integrar percursos regulares, a escola forneceu até 2017/2018 percursos de formação alternativos no 2º e 3º ciclos, nomeadamente, Cursos de Educação e Formação (CEF).

Existe, ainda, oferta ao nível dos cursos de Educação Formação de Adultos (EFA de dupla certificação).

O Agrupamento apresenta uma diversidade da oferta formativa e educativa, a par de uma educação cívica nas dimensões, social, ambiental, cultural, desportiva e a educação para a saúde com impacto no desenvolvimento integral das crianças e jovens, conforme consta do plano estratégico de educação para a cidadania do Agrupamento;

Número significativo de protocolos e parcerias com empresas e instituições culturais (Câmara Municipal do Porto, Junta de Freguesia de Ramalde, Junta de Freguesia de Paranhos, Curso de Música Silva Monteiro, PallCº, Ginasiano, Salvador Caetano, Fundação Cupertino de Miranda, Instituto Goethe, Vodafone, Instituto Português do Desporto e Juventude e ainda outras instituições e empresas que colaboram nos estágios para alunos do agrupamento).

A diversidade de protocolos, parcerias e projetos contribuem para a qualidade do serviço educativo prestado, com impacto positivo na ação educativa.

Estas empresas/organizações estão situadas na área metropolitana do Porto e têm uma estreita relação com o Agrupamento.

Estas empresas parceiras reconhecem a qualidade da formação dos alunos dos cursos profissionais porque, em inúmeros casos solicitam mais alunos para além dos que foram alocados demonstrando que as competências técnicas adquiridas no decorrer da sua formação são de qualidade.

### 2.3.2.Participantes

O estudo deverá focar-se num Agrupamento de Escolas com história neste tipo de vertente de ensino e onde são ministrados cursos profissionais.

Nesta escola, atualmente, são ministrados sete cursos profissionais como oferta qualificante e o objeto de estudo deste projeto foram oito turmas, referentes a oito cursos que, à data do início do projeto existiam no Agrupamento. Este estudo de caso visa analisar o percurso dos ex-alunos, após período formativo em escola nas turmas, que concluíram a formação no ano letivo anterior (2018/2019) para melhor perceber o seu enquadramento no mercado de trabalho.

Existe uma diferença entre as turmas atuais e as que foram alvo de estudo porque foi extinto um curso profissional não voltou a reatar por falta de autorização do Ministério de Educação, em virtude de uma posição estratégica definida pela tutela do Ministério da Educação e face ao panorama formativo da presente nas diversas escolas da Área Metropolitana do Porto por falta de alunos de proveniência de alunos internos.

Para responder aos questionários, enquanto amostra do universo dos alunos do ensino profissional, seleccionámos ex-alunos alunos de cursos profissionais para que tenhamos a perspetiva daqueles que conhecem a formação profissional, frequentaram estágios, que concluíram o curso, a perspetivar o futuro profissional ou a dar conta da integração/percurso no mesmo.

No ano letivo de 2018/2019, estavam inscritos 129 alunos nas 8 turmas de 3º ano, isto é, o último ano de formação e que corresponde ao 12º ano de escolaridade.

Assim, o questionário foi aplicado através da plataforma Google Forms (online) com o envio de link para preenchimento via email e partilha nas redes sociais a 65 alunos no total que concluíram a totalidade de módulos para obtenção da graduação de 12º ano, sendo 16 alunos do curso de Técnico

Mecatrónica Automóvel, 10 alunos do curso Técnico Turismo, 5 alunos do curso Técnico de Automação e Computadores, 18 alunos do curso Técnico de Desporto, 8 alunos do curso de Técnico de Multimédia, 6 alunos do curso Técnico de Programação e Sistemas informáticos, 1 aluno do curso Técnico de Eletrónica e Telecomunicações e 1 aluno do curso Técnico Eletricista de Instalações. A população em estudo representa 25% do total dos alunos que frequentam o ensino profissional nesta escola.

Tendo em conta que apenas estão, aqui, em análise turmas que concluíram o ensino profissional, o estudo incidirá também no que aos professores diz respeito, para contar com a auscultação de professores do 3º ano de formação pelo facto de ser apenas nesta fase que é aplicada a fase de projetos denominada PAP (Projeto de Avaliação Profissional).

Este projeto é apresentado, pelos alunos, a um júri externo que atribui uma nota para fazer parte da avaliação final do curso. Estes docentes fazem parte do processo formativo do aluno, mas também no processo de crescimento social em que o aluno está inserido incrementando novas perspetivas em relação ao mercado de trabalho e contribuindo para a descoberta de novos horizontes.

Em relação aos parceiros externos, empresas, foram auscultados ao nível da qualidade da formação bem como com o intuito de obter informação relacionadas com o estágio e com a possibilidade de integração nos quadros das empresas após a conclusão dos mesmos. Os questionários serão enviados para os responsáveis das empresas para obter estes resultados.

## 2.4. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS UTILIZADAS

Como instrumentos de recolha de dados, optei por questionários por questionário, aos alunos professores e responsáveis pelas empresas parceiras que recebem os alunos em estágio.

O inquérito por questionário é um instrumento de investigação com o fim de recolher informações baseando-se, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo (amostra).

Não é tarefa fácil a elaboração de um questionário, com validade, fiabilidade e fidelidade (Coutinho, 2011), sendo um processo bastante moroso e trabalhoso. Parafraseando Rousseau (s.d., citado por Léxico, 2012):

*“A arte de interrogar é bem mais a arte dos mestres do que a dos discípulos; é preciso ter já aprendido muitas coisas para saber perguntar aquilo que não se sabe.”*

Dividi os questionários por 3 públicos alvo: alunos, professores e empresas parceiras que acolhem alunos a estágio.

O inquérito por questionário aplicado aos alunos do ensino profissional, será disponibilizado online, tendo sido elaborado no Google Forms.

O inquérito por questionário aplicado aos professores do agrupamento será disponibilizado online tendo sido elaborado no Google Forms.

O inquérito por questionário aplicado às empresas acolhedoras de estágio será disponibilizado online tendo sido elaborado no Google Forms.

## 2.5. TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS UTILIZADAS

Os dados recolhidos foram tratados através da ferramenta *Google Forms*, com procedimentos de estatística descritiva, para melhor compreender as respostas dadas nos diversos questionários.

Foram criados diversos gráficos para melhor demonstrar as respostas fornecidas pelos participantes tornando desta forma mais perceptível as variações de resposta.

Os dados de um universo de recolha de 280 indivíduos recolhida em 2020 a alunos dos cursos profissionais que concluíram o seu percurso formativo entre 2017-2019 junto com uma amostra 60 professores e por fim a 80 empresas protocoladas com a escola. Procurou-se assim, por um lado, ver que correlações existem na atualidade entre a perspetiva dos alunos, das empresas e dos professores do ensino profissional.

## 3. **CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Black citado por (Coutinho, 2011) defende que a função de uma análise estatística é transformar os dados em informação.

Às estatísticas que permitem caracterizar uma amostra, chamamos de estatística descritiva, e aos procedimentos estatísticos que permitem inferir resultados da amostra para a população, chamamos inferência estatística.

Como refere Coutinho (Coutinho, 2011), na estatística descritiva devem-se seguir três passos fundamentais, são eles: organizar e descrever os dados de forma clara; identificar o que é típico e atípico; trazer à luz diferenças, padrões e/ou relações. A inferência estatística serve para encontrar respostas para o problema, ou seja, testar as hipóteses da investigação.

Após aplicação dos questionários e levantamento das respostas, obtiveram-se 94 questionários válidos, inferior ao tamanho da amostra calculado para este estudo. Foram aplicados questionários nos três grupos da amostra (alunos, professores e empresas parceiras) e apesar das insistências em obter o preenchimento dos questionários tal não aconteceu na medida esperada.

Em análise aos dados obtidos podemos dividir pelas 4 grandes questões que foram a premissa deste estudo de caso, direcionada para cada um dos grupos alvo.

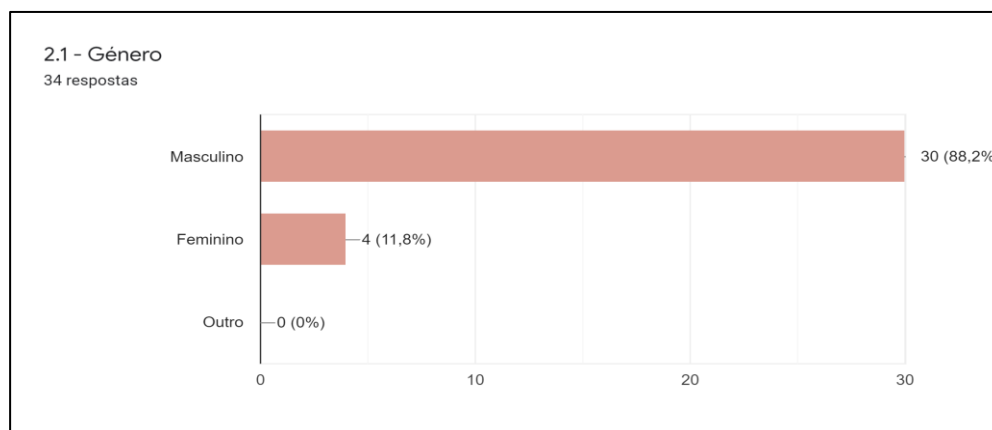
Os objetivos específicos trabalhados neste trabalho tinham como principal intuito:

1. Identificar a percentagem de alunos que ingressaram no mercado de trabalho na sua área de formação e /ou fizeram prosseguimento de estudos;
2. Identificar a perceção dos ex-alunos dos cursos profissionais sobre a eficácia da sua formação para a integração no mercado de trabalho;
3. Identificar a perceção das empresas parceiras sobre a importância dos cursos profissionais na capacitação de trabalhadores para o mercado de trabalho;
4. Identificar a perceção dos professores dos cursos profissionais sobre a preparação dos ex-alunos para o mercado de trabalho;
5. Identificar fragilidades no processo de formação/FCT dos cursos profissionais para definir um plano de melhorias a implementar no plano de ação;
6. Garantir que os cursos profissionais permitem uma integração na sociedade de uma forma mais equitativa;
7. Assegurar se os cursos profissionais fomentam a criação do próprio emprego;

No que aos alunos diz respeito, a caracterização demográfica demonstra que existem mais ex-alunos do sexo masculino. Os cursos profissionais são definidos pela sua área de formação técnica e tendo em conta essa área os jovens escolhem o curso com base no gosto pessoal, orientações vocacionais, recomendações de familiares e amigos, etc...

O que constato no processo de seleção de candidatos para novas turmas vem corroborar os resultados obtidos nos questionários aplicados e expostos no gráfico supramencionado. Existem mais ex-alunos do sexo masculinos nos cursos profissionais e também encontramos a mesma variável em maioria nos cursos de cariz mais tecnológicos, enquanto que nos cursos de cariz mais social/científico são predominantemente jovens do sexo feminino a preencher as vagas disponíveis.

O gráfico nº1 expõe claramente esta evidência em que 88,2% representam ex-alunos do sexo masculino e 11,8% ex-alunos do sexo feminino.



*Gráfico nº 1*

Outra variável demográfica analisada foi a idade dos ex-alunos, que varia entre os 18 e os 23 à data de conclusão do curso, conforme o gráfico nº 2 demonstra. Estas idades representam uma imagem real que nos permite concluir que, alguns alunos que concluíram os cursos profissionais ainda chegam à fase de inscrição nesta modalidade de ensino com algumas reprovações em anos transatos.

Podemos também estar perante uma decisão de alteração do percurso formativo (retrocesso no grau de escolaridade para ingressar no curso profissional ao nível do 10º ano em que o aluno já estaria no a frequentar ou concluído o 11º ou 12º ano de escolaridade) do ensino regular par ao ensino profissional.

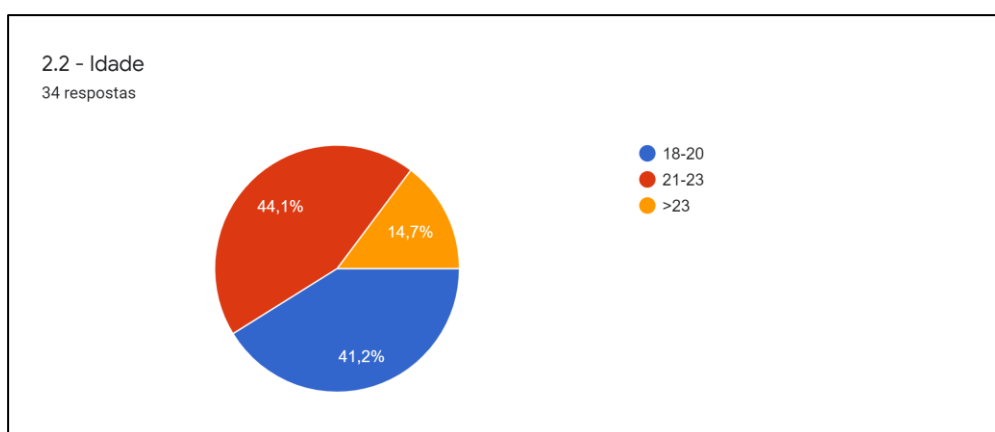


Gráfico nº 2

As três motivações na escolha pela via profissional variam de aluno para aluno, mas as que reúnem mais percentagem das escolhas confluem para o fato de os cursos profissionais permitirem adquirir competências técnicas que permitem aos jovens ingressar no mercado de trabalho após a sua conclusão com, também pelo gosto da área profissional do curso em questão e pela preparação que o aluno adquire para ingressar no mercado de trabalho numa escolha de 3 principais razões que levaram à escolha do curso, conforme espelhado o gráfico nº 3.

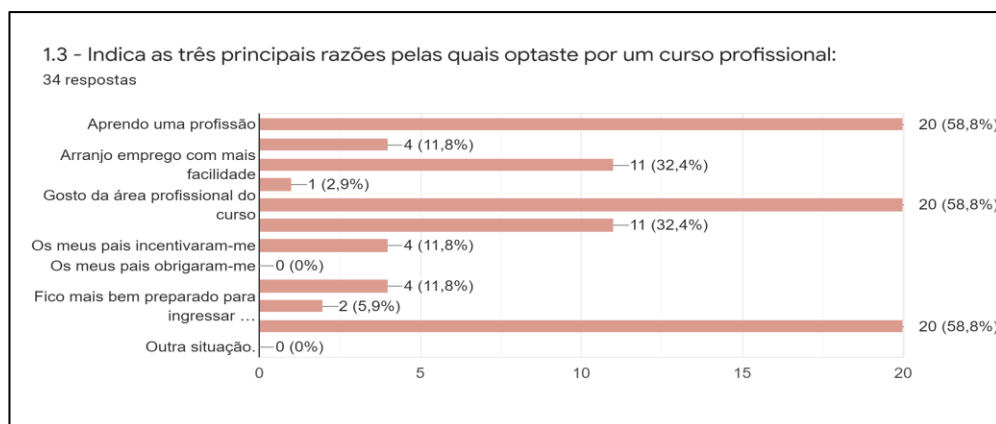


Gráfico nº 3

Neste estudo de caso está incluída uma investigação com o objetivo específico da capacidade de formação deste sistema de ensino e também para perceber se o estigma das reprovações que recai sobre os alunos do ensino profissional é válido ou não. Joaquim Azevedo (Azevedo, 2014) defende que os cursos profissionais foram criados com o objetivo concreto de dar resposta a uma necessidade social, que estava diretamente relacionada com os alunos que reprovavam consecutivamente quer no ensino básico, quer no ensino secundário geral e que não tinham outro caminho senão o abandono escolar.

Os “meninos do insucesso” é uma expressão muitas vezes utilizada por Joaquim Azevedo como forma de expressar uma tendência, um estigma que é lançado sobre os alunos dos cursos profissionais, tendo em conta o nível de reprovações verificado à data de inscrição nos respetivos cursos.

Uma das questões presente no questionário permite observar claramente que, a tendência dos alunos que escolhem a via profissional por motivo de inúmeras reprovações tem vindo a inverter-se uma vez que cada vez menos alunos com reprovações escolhem esta modalidade de ensino como prosseguimento de estudos. No decorrer das entrevistas de seleção dos alunos para novas turmas percebi que cada vez mais alunos vindos do ensino regular sem reprovações escolhem esta via de ensino qualificante. Desta forma, a ideia falsa do facilitismo entre o ensino profissional e os alunos para

a obtenção das certificações de final de ciclo tem tendência a esvanecer-se como demonstrado no gráfico nº4.

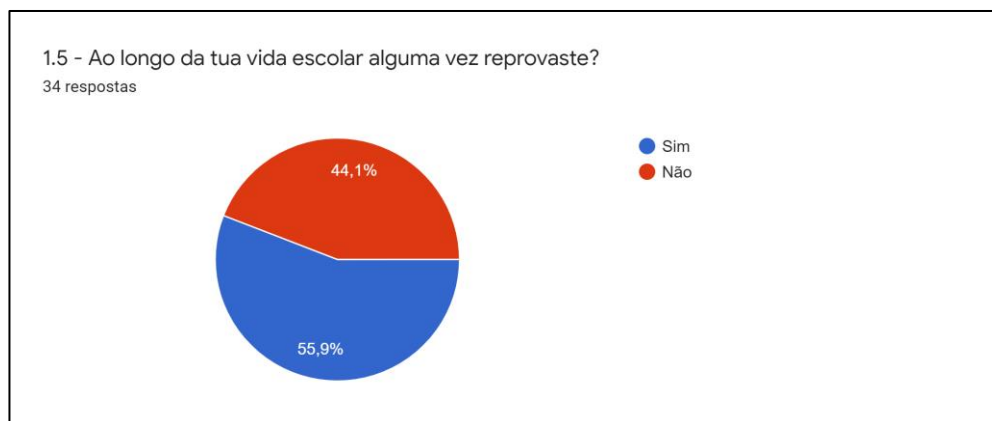


Gráfico nº 4

Como forma de dar resposta ao objetivo específico número 1, em que pretendo observar se os ex-alunos conseguiram ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso foram questionados os ex-alunos qual o seu percurso após a conclusão do curso profissional. Com os resultados obtidos no questionário, percebemos que a maioria dos alunos, 64,7%, ingressou no mercado de trabalho após a conclusão do curso profissional, 23,5% dos alunos não ingressou de imediato no mercado de trabalho e os restantes resultam de respostas dos alunos que optarão pelo prosseguimento de estudos - 5,8% e dos alunos que aquando da conclusão do curso já trabalhavam noutra área que não a de formação são 2,9% conforme documenta o gráfico nº 5.

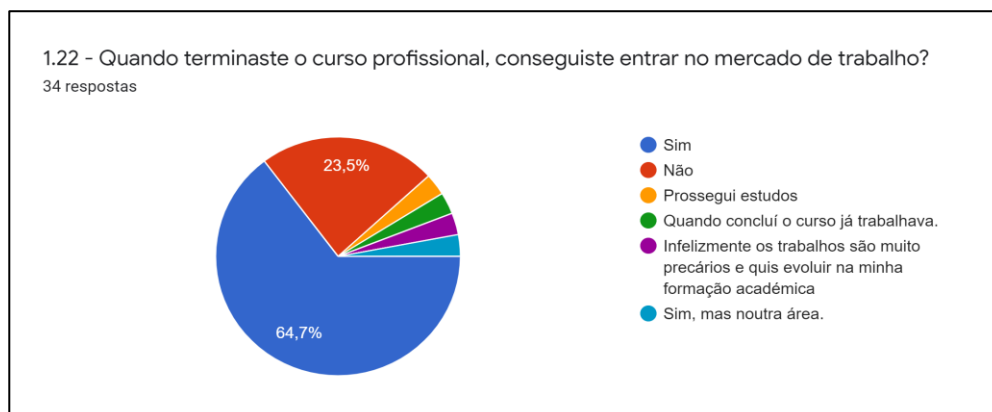


Gráfico nº 5

Ainda no objetivo específico número 1, pretendia perceber se os alunos que ingressaram de imediato, após a conclusão do curso, no mercado de trabalho tinha sido numa empresa em que a sua atividade é semelhante/igual à área de formação do curso frequentado ou se, pelo contrário, nada tem em comum.

Ao analisar os resultados estes vêm corroborar o fato de que as empresas onde é efetuado o estágio não dão continuidade ao percurso de trabalho após a conclusão do curso profissional. As empresas que acolhem estes alunos, na maioria dos casos, encontram neles uma fonte de mão de obra qualificada que usam durante o período estabelecido pela duração do estágio para colmatar falhas dos trabalhadores dos quadros ou para enfrentar um acréscimo de trabalho, mas após esta fase não pretendem continuar a contar com os serviços dos alunos. Esta decisão não está relacionada com a falta de capacidades ou competência, muito pelo contrário pois são unânimes a mencionar que os alunos foram capazes de integrar a ideologia/cultura da empresa, mas por motivos monetários, de gestão de recursos humanos ou físicos, por receio das flutuações de mercado não contratam os ex-alunos que concluíram o percurso formativo.

É também de salientar que se verificou em alguns casos, por mim constatados, que os ex-alunos após a conclusão do estágio não ingressaram no mercado de trabalho na área de formação no imediato, mas foram chamados pelas empresas que acolheram o estágio numa fase posterior em que se verificou necessidade de aumento da força de trabalho nas empresas. É certo que uma empresa que pretende contratar um trabalhador valoriza o conhecimento técnico, mas também cada vez mais, as *softskills* dos seus candidatos bem como a personalidade e empenho em integrar uma equipa de trabalho, que se quer coesa e nada melhor que contratar uma pessoa que já passou pela estrutura da empresa e conhece a sua cultura e objetivos, sendo um ex-estagiário um candidato preferencial.

Os resultados obtidos revelaram que os ex-alunos, apesar de grande parte ter ingressado no mercado de trabalho após a conclusão do curso, não o fizeram numa empresa da área de formação do curso que frequentaram, conforme revela o gráfico nº 6.

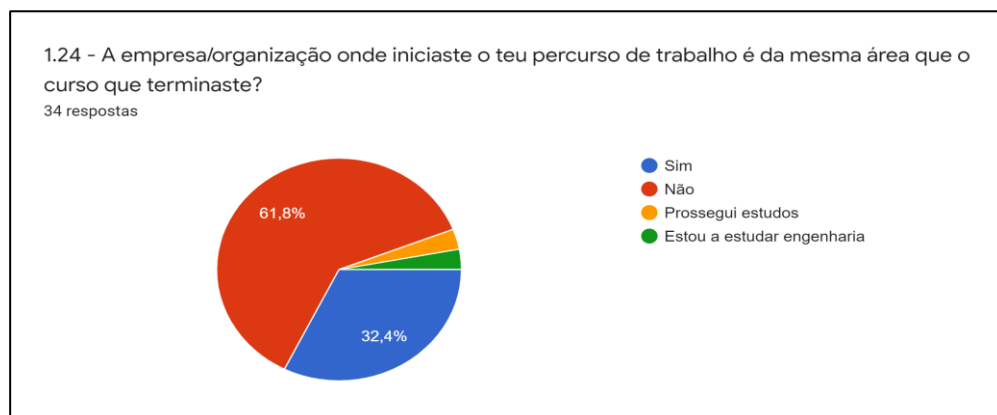


Gráfico nº 6

No gráfico nº7, podemos ver as principais áreas de atividade económica das empresas em que estes ex-alunos se inseriram.

Em julho de 2017, o Ministério da Educação homologou o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, que se afirma como o documento de referência para a organização de todo o sistema educativo, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular.

Tendo em conta o perfil de saída dos ex-alunos dos cursos profissionais ministrados no Agrupamento em objeto de estudo, após a conclusão do curso, estes foram sendo admitidos nas mais diversas empresas sendo que a maior parte – 47,1% está relacionado com a área de informática, conforme veiculado no gráfico nº 7. Após uma análise mais criteriosa, podemos constatar que a área de trabalho é diferente da área de formação nuclear do curso frequentado. Este ponto será objeto de plano de ação ao tentar auscultar os parceiros empresariais para melhor perceber quais as necessidades do mercado para melhor ajustar a oferta formativa culminando numa maior empregabilidade para os recém-formados.

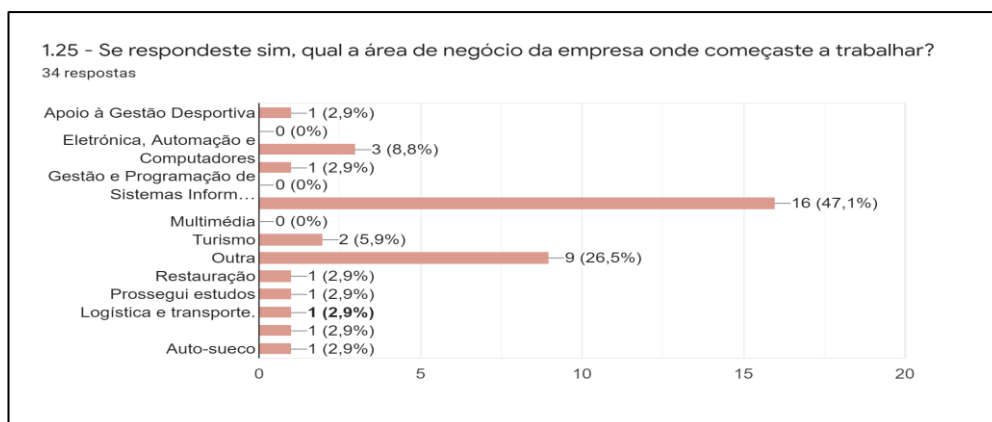


Gráfico nº 7

O estágio profissional é uma parte importante na formação dos alunos dos cursos profissionais uma vez que lhes permite por em prática, em contexto real de trabalho, os conhecimentos adquiridos em formação. Nos cursos profissionais do agrupamento onde o estudo foi aplicado, os alunos realizam dois períodos de estágio, um no 2º ano de curso e outro no 3º ano de curso ambos com durações diferentes, 200 e 400 horas respetivamente.

Neste estudo, constatou-se que os alunos deram muita importância ao estágio profissional, como se pode verificar no gráfico nº 8, em que 97,1% dos inquiridos consideram que o estágio foi muito importante para o seu percurso formativo.

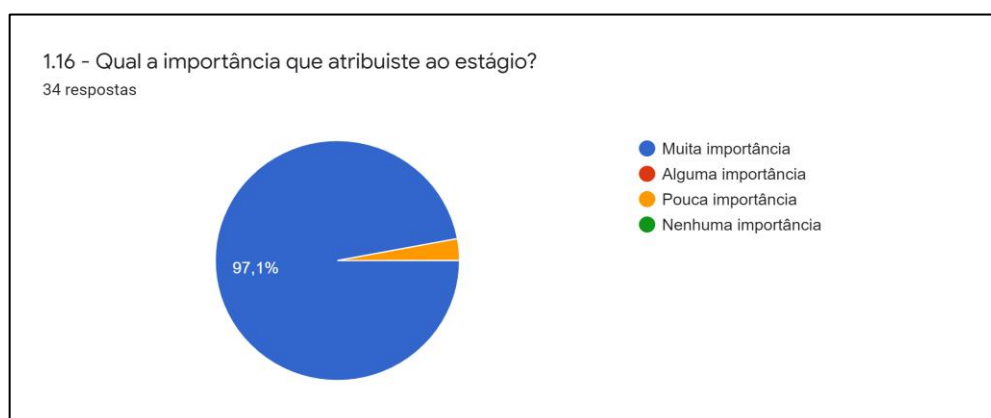
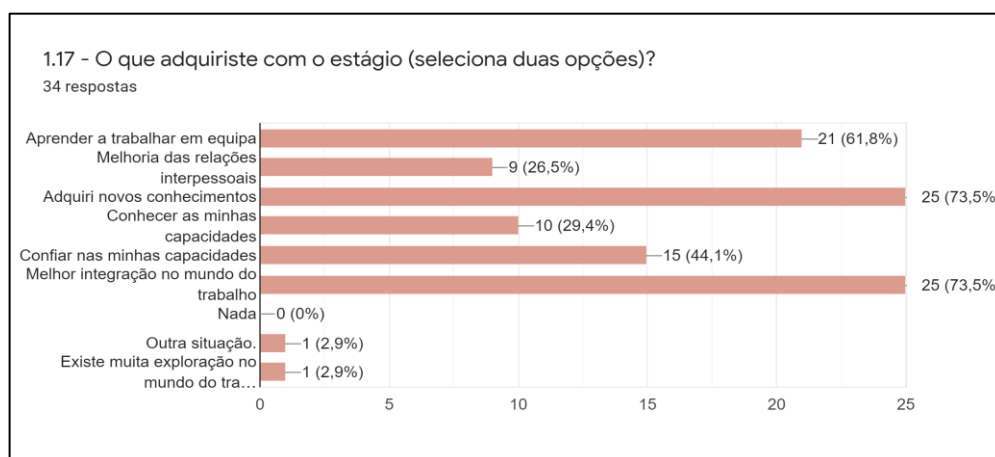


Gráfico nº 8

O estágio permite, não só um acréscimo de conhecimento como também um crescimento sociocultural dos alunos quando integrados em estruturas empresariais, completamente diferentes do contexto escola, e que lhes é exigido/imposto uma série de regras que têm de cumprir.

No gráfico nº9, constata-se que os ex-alunos, no decorrer do estágio garantiram um complemento de conhecimentos bem como uma melhor integração no mercado de trabalho, ambos com 73,5% de respostas seguido com 61,8% da opção de melhor integração em trabalho de equipa.



*Gráfico nº 9*

O 2º objetivo específico é identificar a perceção dos ex-alunos dos cursos profissionais sobre a eficácia da sua formação para a integração no mercado de trabalho. Tal como espelha o gráfico nº 10, percebemos também que na perspetiva de 67,6% dos inquiridos, o estágio contribuiu para uma melhor integração no mercado de trabalho.

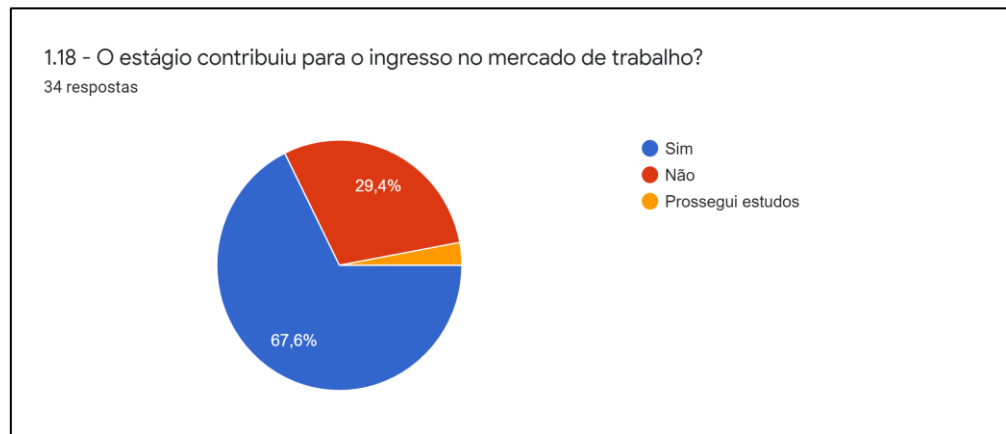


Gráfico n° 10

No que respeita ao percurso laboral dos ex-alunos, percebemos que após a conclusão do curso, 64% encontraram um emprego e mantêm-no até hoje, mas também que 16% dos inquiridos tiveram vários empregos e alguns períodos de desemprego, conforme exposto no gráfico n° 11.

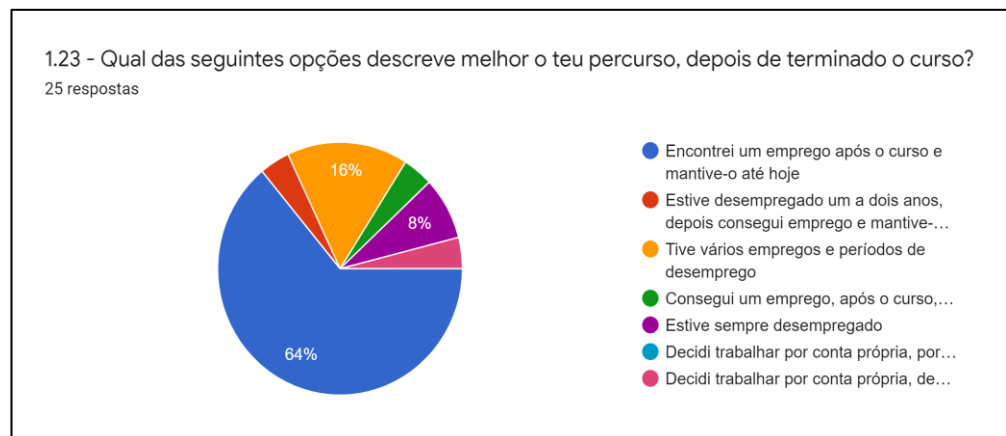
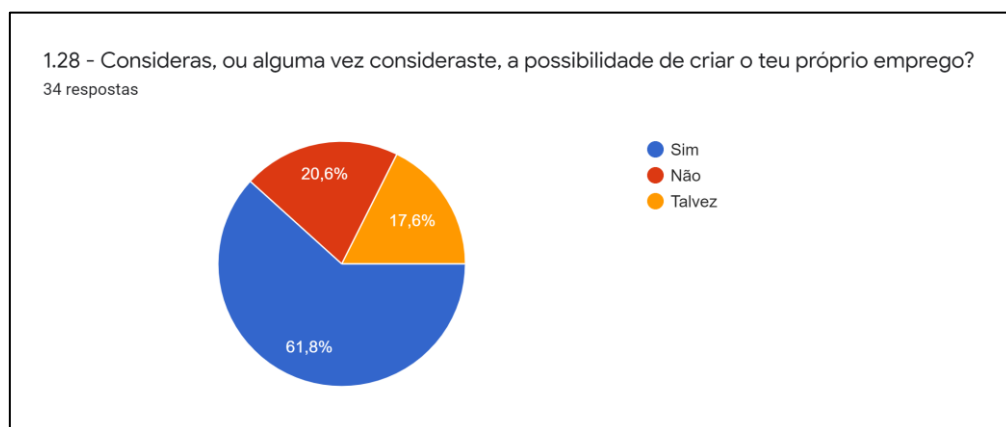


Gráfico n° 11

A intenção de criarem o seu próprio emprego está presente na maioria dos ex-alunos, mas devido ao seu contexto económico mais deficitários/mediano, e que é importantíssimo para um início de atividade isso não é possível.

Os ex-alunos têm ideias/intenções em avançarem para estes projetos, mas muitas das vezes por falta de clarificação das ideias e em direcionar as suas intenções para elementos facilitadores que permitam por em prática o seu projeto muitos abandonam a ideia de criarem o seu próprio posto de trabalho e rende-se a um trabalho assalariado.

Perante a questão sobre a possibilidade de os alunos criarem o seu próprio emprego após a conclusão do curso profissional, 61% considerou que essa hipótese seria viável, como se vê no gráfico nº 12.



*Gráfico nº 12*

Outra questão importante, que queria abordar com este questionário, era avaliar se o curso profissional contribuiu, de alguma forma, para uma ideia/intenção de criar o seu próprio emprego. Ao municiar os alunos de conhecimento técnico, uma vantagem enorme face aos alunos que terminam o ensino regular, estamos a alimentar uma ideia que poderá já estar presente na ideia do aluno a partir do momento que decidiu inscrever-se num curso profissional.

Os ex-alunos consideram que o curso profissional contribuiu para a ideia de criação do próprio emprego, 59,1% conforme confirmado pelo gráfico nº13.



*Gráfico nº 13*

De salientar que 88,2% dos alunos inquiridos consideram que os cursos profissionais são um motor para o empreendedorismo como elemento de criação do seu próprio emprego estimulam a criação do seu próprio emprego, como expõe o gráfico 14, porém, apesar desta perceção, os alunos continuam a ingressar no mercado de trabalho como assalariados por conta de outrem e exercem uma atividade remunerada ao serviço de uma entidade empregadora.

A necessidade em contribuir de forma ativa para o agregado familiar, a necessidade em se emancipar financeiramente, a oportunidade que consideraram certa no momento leva os jovens a tomarem decisões mais seguras/cómodas do que incerteza e insegura decisão de criar o seu próprio emprego.

Se estas intenções não passarem e ideias estaremos a perder contributos para a nossa sociedade esvaziando o conhecimento adquirido durante 3 anos de formação técnicas que confere aos ex-alunos capacidades, por vezes, ímpares entre os seus pares sociais.

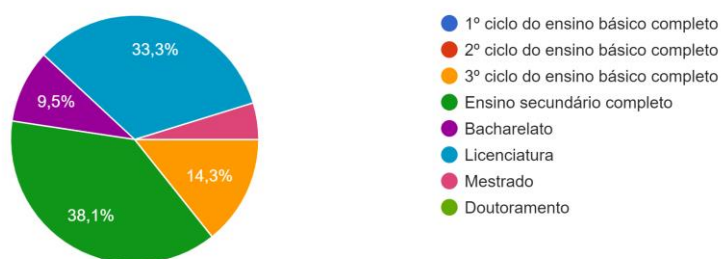


Gráfico n.º 14

O 3º objetivo específico do estudo, serviu para perceber qual a opinião das empresas de acolhimento de estágio sobre o ensino profissional como peça importante na capacitação dos trabalhadores para o ingresso no mercado de trabalho. Desta forma foram passados os questionários a estes *stakeholders* externos e constatamos diversas opiniões/divisões sobre a qualidade do ensino profissional em Portugal e mais concretamente os cursos ministrados no Agrupamento em estudo.

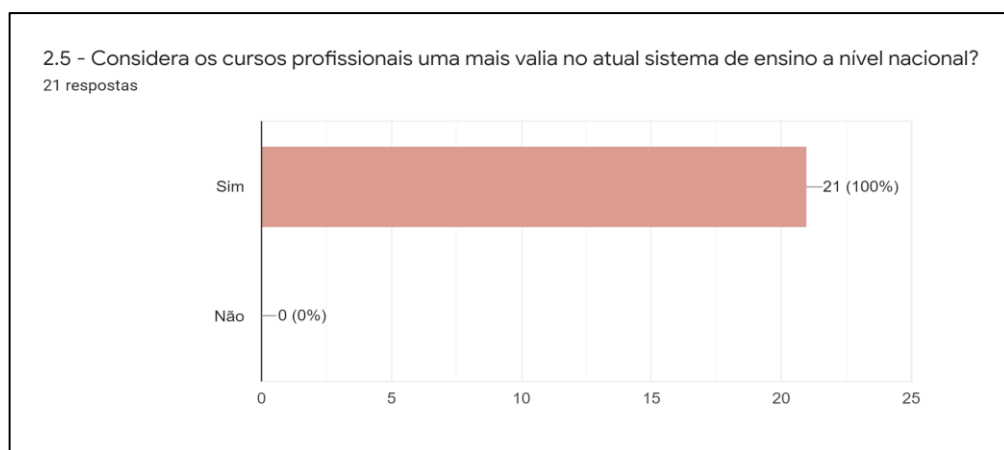
Os questionários foram respondidos por funcionários das empresas com cargos médios/superiores de chefia e responsabilidade na organização da estrutura da empresa. Estes funcionários apresentam formação académica relevante uma vez que não foram identificados respondentes com habilitações académicas inferiores ao 3º ciclo de ensino, sendo que 52,4% dos inquiridos é certificado com o ensino superior completo. Com os percursos de certificação de bacharelato encontramos 9,5% dos inquiridos, com a certificação de licenciatura existem 33,3% dos inquiridos, com a certificação de mestrado existem 4,8% e finalmente com a certificação de doutoramento existem 4,8% dos inquiridos conforme documentado no gráfico nº 15.

1.5 - Qual a sua formação académica?  
21 respostas



*Gráfico nº 15*

Ao analisarmos as respostas dos inquiridos nas empresas, constata-se que, a totalidade dos profissionais das empresas de acolhimento de estágio considera que o ensino profissional é uma mais valia no atual sistema de ensino a nível nacional, conforme demonstrado no gráfico nº 16.



*Gráfico nº 16*

Esta demonstração cabal de 100% dos resultados obtidos como positivos, revela a mais valia que são os cursos profissionais na qualificação e certificação dos nossos jovens como preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

Esta informação torna-se mais específica se analisarmos o gráfico nº 17, onde se observa que empresas inquiridas concordam que o ensino profissional é uma mais valia no atual sistema de ensino. O ensino profissional para 52,4% das empresas inquiridas permite não só estudar disciplinas de carácter geral, mas também aprender uma profissão ao mesmo tempo, mas 38,1% considera que é uma mais valia porque prepara os alunos para o mercado de trabalho sendo que numa percentagem inferior, 9,5% as empresas consideram que esta metodologia de ensino torna os alunos socialmente mais maduros,

contribuindo de uma forma ativa para a sociedade geral tornando-os seres integrados nessa mesma sociedade.

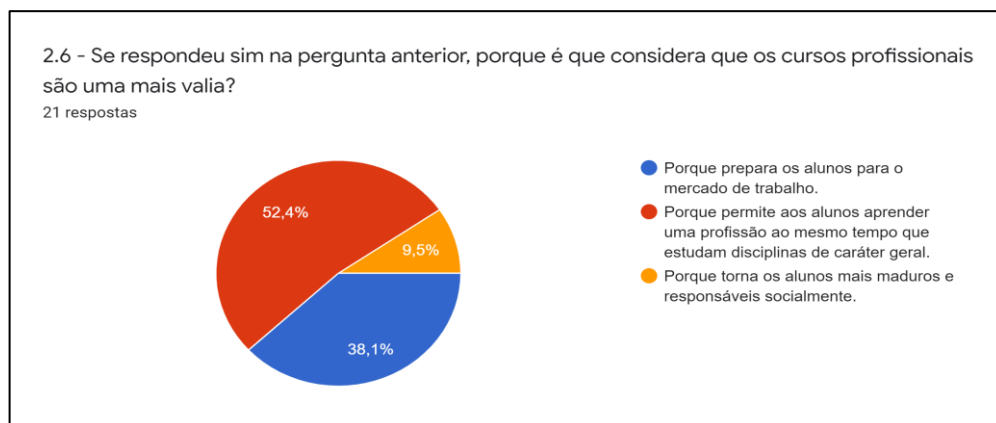


Gráfico n.º 17

No que respeita aos estágios, as empresas inquiridas foram unânimes em considerar que esta etapa de formação é uma mais valia no processo de ensino/aprendizagem ministrada aos alunos conforme corrobora o gráfico n.º 18.

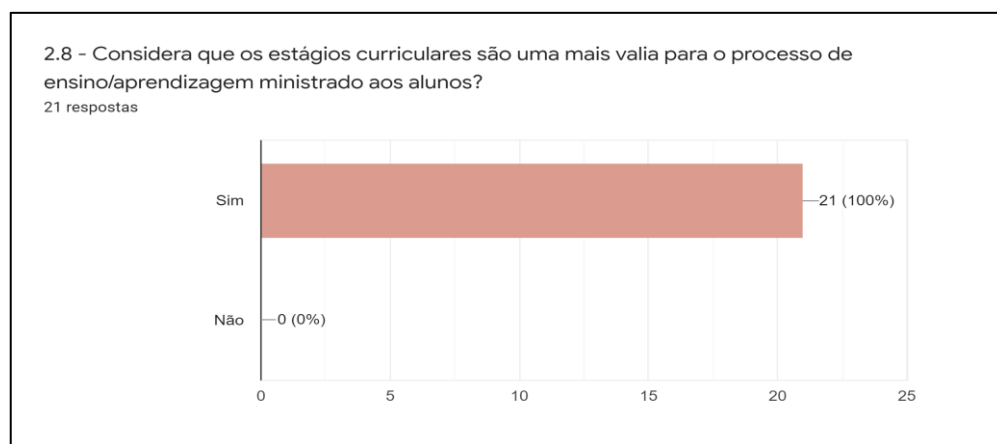


Gráfico n.º 18

A existência dos estágios nos cursos profissionais só faz sentido se representar uma mais valia para os alunos no seu crescimento profissional. Ao questionarmos as empresas parceiras sobre o contributo do Agrupamento de Escolas, onde o estudo de caso foi aplicado, na formação de profissionais capazes de integrar o mercado de trabalho, a resposta foi unanime em considerar que sim, exposto no gráfico nº 19.

Estes resultados revelam a preocupação do estabelecimento de ensino para com os alunos dos cursos de formação profissional, em os qualificar da melhor forma possível para a integração no mercado de trabalho.

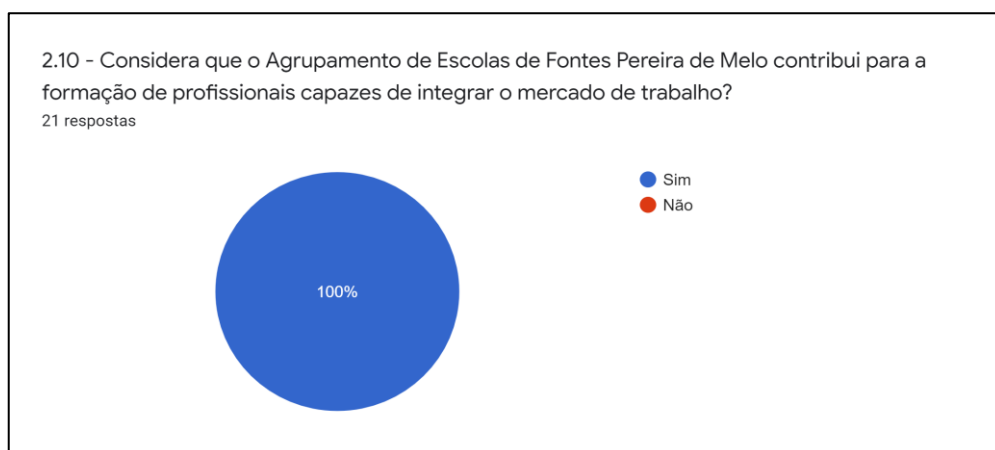


Gráfico nº 19

Contudo, é importante salientar que os conteúdos programáticos são considerados pela maioria como inadequados com 28,6% das respostas ou pouco adequados com 38,1%, o que pode ser um fator que influencia o desempenho dos ex-alunos no decorrer do estágio, conforme demonstra o gráfico nº 20.

É claro que existem especificidades que apenas as empresas conseguem transmitir aos seus colaboradores e torna-se muito difícil conseguir abranger a totalidade de conhecimento na diversidade de áreas de atividade presente nos parceiros de estágio.

Desta forma, será importante auscultar as empresas parceiras para perceber as suas necessidades e ajustar os planos curriculares de formação para, que em conjunto, permitir que os jovens estagiários possam contribuir para um crescimento conjunto. O gráfico revela a necessidade em proceder a essa sinergia de opiniões para melhor adequar os conteúdos programáticos à realidade empresarial.

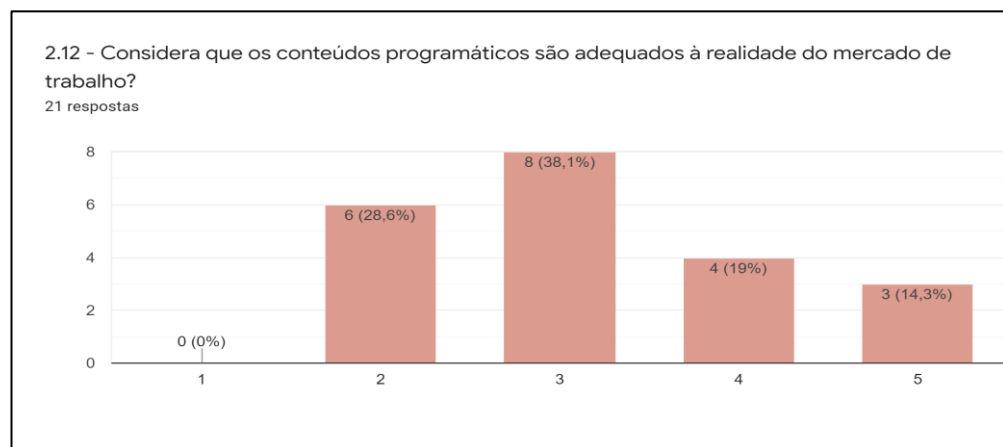


Gráfico nº 20

As empresas, de forma unanime, também consideram que os ex-alunos em estágio são cumpridores e disciplinados durante a realização do estágio respeitando na integra as indicações dos monitores e da empresa, conforme apresentado no gráfico nº 21.

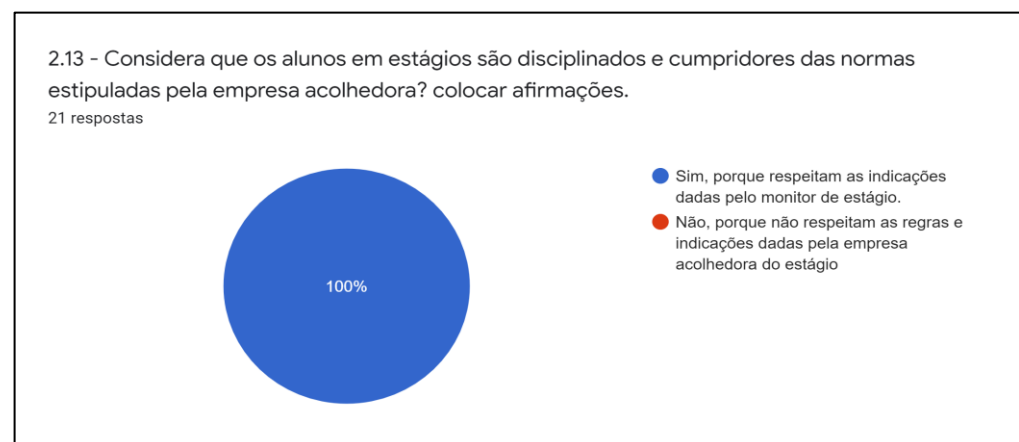


Gráfico nº 21

Esta análise remete para o fato de que a escola, forma alunos dotados tecnicamente para desempenhar tarefas que surgem no período de estágio ou ao longo da sua vida profissional, mas também, é capaz de passar para os alunos um processo de socialização que pode ser visto também como um processo pelo qual cada indivíduo configura a sua personalidade.

O período de estágio representa para as empresas um acréscimo de mão de obra disponível, não remunerada que traz à empresa uma mais valia acrescida. Desta forma tentamos perceber se as empresas vêem o estágio apenas como uma fonte de rendimento extra, sem custos adicionais, ou se por outro lado encaram os estagiários como potenciais/reais trabalhadores e pensam em integrar estes elementos nas suas estruturas de trabalho.

Os ex-alunos são considerados capazes de integrar um estágio curricular, graças aos conteúdos programáticos ministrados em sala, mas carecem de acompanhamento e adaptações às novas realidades. O gráfico nº 22 revela a percepção desta preparação.

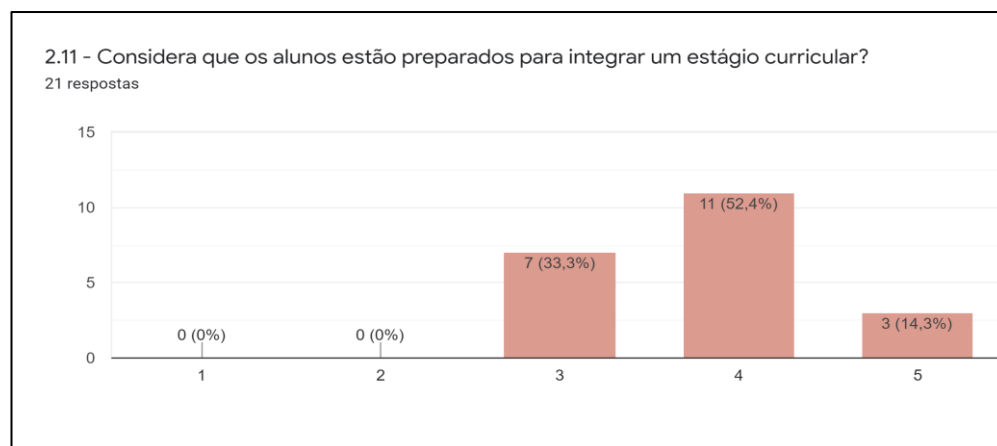


Gráfico nº 22

Ao serem questionadas as empresas, sobre a possibilidade em contratarem ex-alunos que tivessem terminado o curso para os seus quadros, 71,4% dos inquiridos demonstraram estar recetivos para esta oportunidade de contratarem técnicos certificados e competentes. Em sentido oposto apenas 28,6% das empresas inquiridas não estavam interessados em prolongar o vínculo com os ex-alunos após o estágio ter terminado conforme documentado no gráfico nº 23.



*Gráfico nº 23*

O 3º grupo de inquiridos foram os docentes do Agrupamento que ministram aulas aos alunos destes cursos de formação, fossem professores da componente técnica, sociocultural ou científica. Entre as questões gerais

percebemos que existem docentes que lecionam até 6 turmas de diferentes níveis, conforme demonstrado pelo gráfico nº 24.

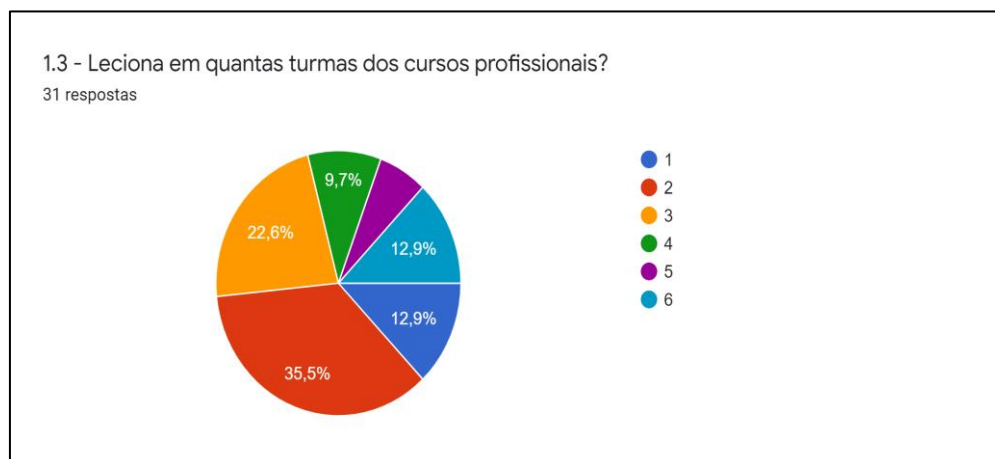


Gráfico nº 24

Os docentes inquiridos já lecionam há alguns anos nesta modalidade de ensino, 71% leciona nos cursos profissionais há 6 ou mais anos o que revela a experiência neste tipo de ensino, gráfico nº 25.



Gráfico nº 25

A maioria dos docentes inquiridos, 67,7%, considera que a arte de ensinar é uma vocação, 51,6% respondeu que ensinar é uma profissão e para 38,7% dos docentes ensinar é como uma missão, conforme documentado no gráfico nº 26.

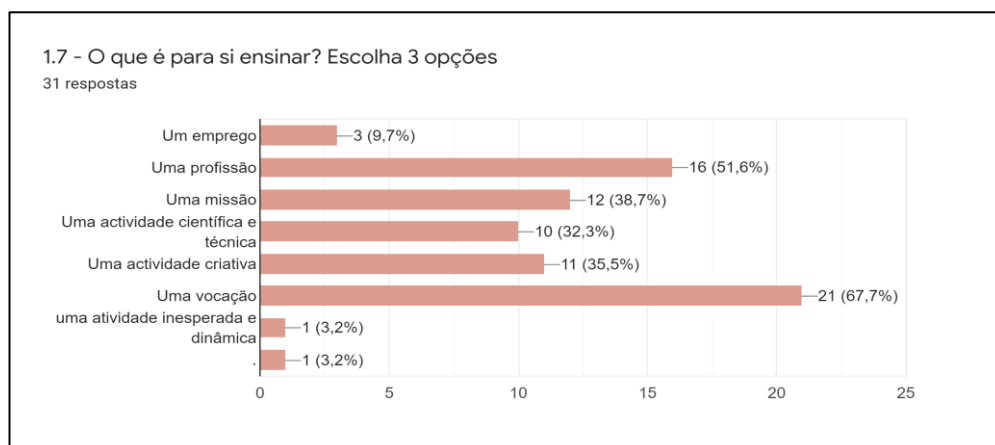


Gráfico nº 26

É de salientar também que 64,5% dos professores inquiridos pretende continuar no ensino mas também 19,4% dos professores que pretende aposentar-se o mais rápido possível o que pode revelar um desgaste acumulado provocado pela profissão de docente bem como um envelhecimento já constatado nos profissionais da carreira. O gráfico nº 27 revela as intenções supracitadas.

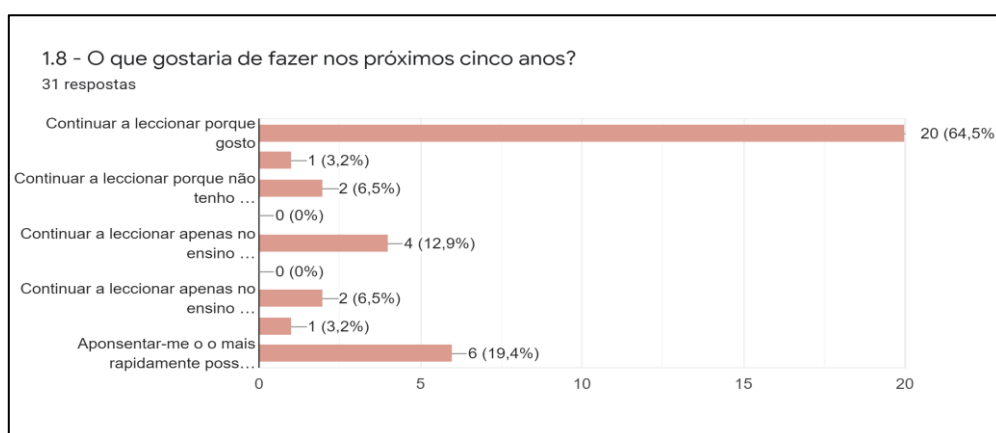


Gráfico nº 27

Ao questionar os professores sobre a qualidade do ensino profissional em Portugal, 58,1% dos professores inquiridos considera que o ensino profissional, em Portugal melhorou/melhorou muito conforme documentado no gráfico nº 28. Esta evolução está ligada, quer à reformulação da ideologia dos cursos profissionais para alunos menos capazes a nível escolar, quer o estigma dos cursos profissionais serem o refúgio dos alunos indisciplinados e desfavorecidos.

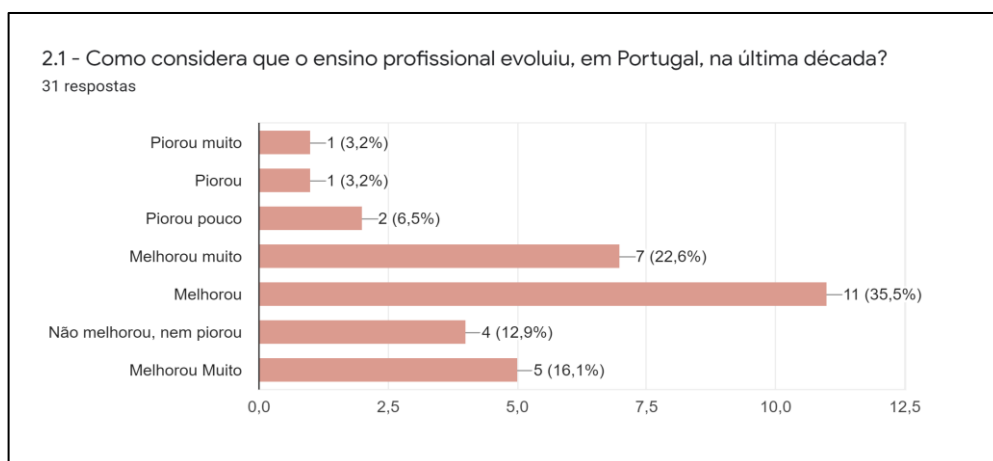


Gráfico nº 28

Ao inquirir-mos os professores sobre as suas expectativas em relação aos alunos dos ensinos profissionais, 45,2% considera que os ex-alunos têm as mesmas capacidades que os alunos do ensino regular, mas em sentido contrário 45,6% revelam expectativas dispares, em que os ex-alunos têm mais dificuldades de aprendizagem bem como não revelam interesse nos conteúdos programáticos, conforme documenta o gráfico nº 29.

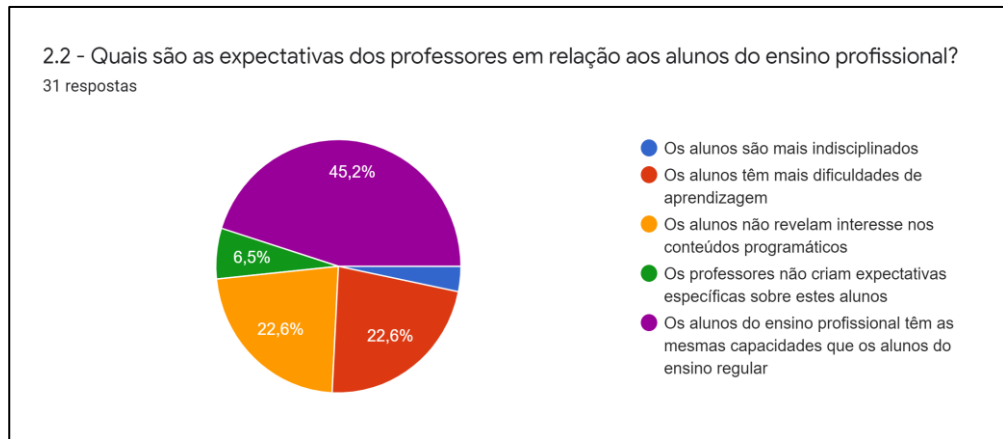


Gráfico n° 29

Os docentes inquiridos consideram que, quanto ao currículo dos cursos profissionais, existe uma proximidade entre atualizado, com 54,8% do docentes a considera este ponto desatualizado, com 45,2% dos docentes com esta opinião, conforme conta no gráfico nº 30.



Gráfico n° 30

Para além desta proximidade verificamos que 64,5% dos docentes considera que os cursos profissionais estão adequados para as necessidades do mercado de trabalho conforme corroborado através do gráfico nº 31.

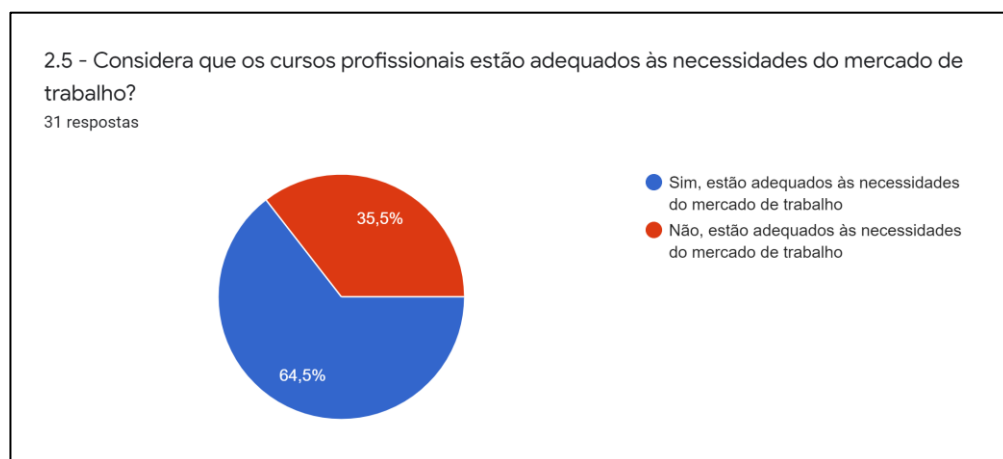


Gráfico nº 31

Existe, porém, 35,5% dos inquiridos que considera que os ex-alunos não adquiriram as competências necessárias para as necessidades do mercado de trabalho e não estão adequados à realidade atual.

Apesar destes resultados, 100% dos inquiridos considera que os cursos profissionais são uma mais valia como oferta formativa conforme gráfico nº 32.



Gráfico nº 32

Sendo uma oferta formativa de dupla certificação, tem como mais valia a validação de competências técnicas bem como a certificação equivalente ao 12º ano de escolaridade. Devo realçar também que 64,5% dos docentes considera que os cursos profissionais estão adequados às necessidades do mercado de trabalho, ver gráfico 33.

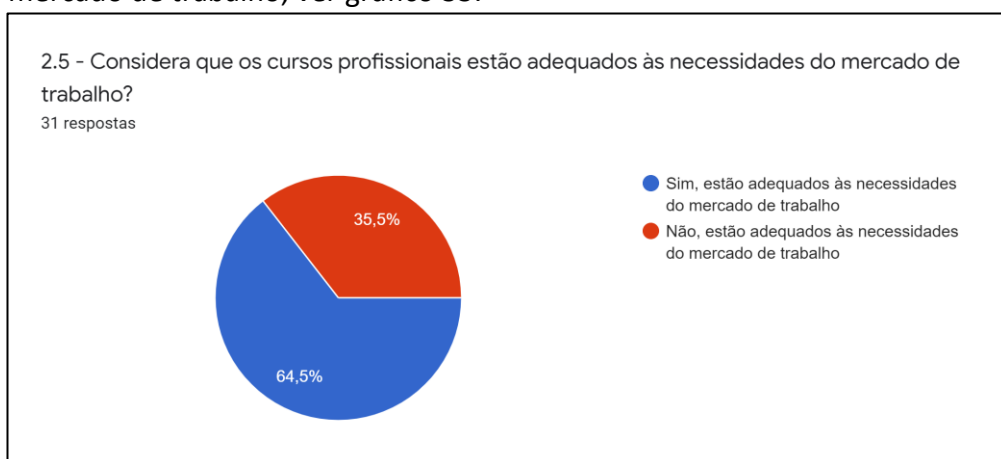


Gráfico nº 33

Importante realçar também que os 93,5% dos docentes inquiridos consideram que os alunos adquiriram as competências necessárias para integrarem o mercado de trabalho o que revela a mais valia dos cursos profissionais como fator integrante no panorama de trabalho nacional conforme revela o gráfico nº 34.



Gráfico nº 34

## 4. PLANO DE AÇÃO

Este Plano de Ação constituiu por si só um exercício de tomada de consciência do caminho percorrido, proporcionando a adoção de uma metodologia que prima pelo envolvimento, auscultação e participação de todos os *stakeholders* / partes interessadas.

Como tal e partindo da análise das respostas dadas pelos intervenientes no estudo, podemos concluir que são necessárias algumas alterações quer ao nível das metodologias de ensino, quer ao nível das adaptações curriculares presentes e por fim ao nível do fomento do empreendedorismo no seio dos alunos deste tipo ensino.

Interessa salientar que pelo facto de servir as aspirações dos alunos, *stakeholders* e professores, não se trata de um documento fechado, mas antes de um *work in progress* em prol de uma melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem, bem como no processo de ingresso do mercado de trabalho dos alunos que concluem a formação profissional.

Tendo em consideração as limitações do presente estudo devido à pandemia e aos confinamentos, entende-se que o estudo teria mais impacto se estas limitações não estivessem presentes. Contudo os resultados obtidos contribuíram para a elaboração de um plano de ação com as seguintes linhas orientadoras:

1. Adaptar currículos com base nas necessidades das empresas;
2. Fomentar o empreendedorismo junto dos alunos como meio de criação do seu próprio emprego.

No que ao primeiro ponto diz respeito, posso salientar as opiniões vertidas no questionário quanto aos conteúdos programáticos estarem adaptados/adequados à realidade do mercado de trabalho presente na nossa sociedade.

Tendo em conta as opiniões mais relevantes dos responsáveis das empresas, estes referem que é importante criar um currículo adaptado para cada necessidade manifestada consoante a área de atividade de cada empresa.

Esta adaptação deve ser efetuada com base nos referenciais de formação disponibilizados pela ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional) e oficializados pelo IEFP para reger os currículos dos cursos profissionais.

Não será fácil chegar a todos os requisitos, tendo em conta as especificidades de cada negócio. Contudo, não podemos esquecer que os referenciais de formação datam de 1996, embora vão sendo atualizados até à data, os conteúdos programáticos a nível técnico não estão consonantes com a atualidade.

Na aplicação do plano de ação devem envolver-se os intervenientes de cada sector de atividade, promove-se a sua audição e reflexão crítica sobre os referenciais construídos e a sua apropriação dos resultados do projeto.

Será importante incluir contributos teóricos recentes, particularmente baseados em experiências internacionais e nacionais na matéria e, também, uma análise empírica suportada em opiniões recolhidas a interlocutores privilegiados, tais como as associações empresariais e profissionais, peritos do sector de intervenção de cada área profissional, em estudos de caso existentes em empresas criteriosamente selecionadas, e sustentada ainda no envolvimento dos parceiros sociais de cada sector, no debate de ideias e na reflexão crítica sobre os referenciais construídos.

Desta forma, conseguir-se-á ir ao encontro das necessidades das empresas e dos trabalhadores, na atualização dos conteúdos programáticos verificados num panorama em constante evolução.

No que concerne ao segundo objetivo específico de melhoria podemos interpretar os resultados obtidos no questionário aos ex-alunos que consideram que a preparação para o empreendedorismo e criação do próprio emprego é deficitária.

O que é esperado é que a Escola, enquanto instituição promova atividades inovadoras e criativas que potenciem nos alunos um conjunto de saberes técnicos e profissionais, bem como aptidões pessoais e sociais, para que possam mobilizar na resolução de tarefas complexas.

Na atualidade, o empreendedorismo é considerado um forte impulsionador na criação do emprego, do crescimento económico e uma componente chave numa economia de mercado globalizante e muito competitiva. Desta forma, os empreendedores são pessoas que criam algo novo, algo diferente, que inovam e que estão em permanente busca da mudança, explorando-a como sendo uma oportunidade (Drucker, 2009).

O desenvolvimento do empreendedorismo será uma das soluções mais visadas no aumento da empregabilidade e, por conseguinte, combater a taxa de desemprego, encarando-se atualmente não como uma opção, mas como uma necessidade primordial (Sarkar, 2014).

A educação no sentido do empreendedorismo é um processo complexo que, por si só, não acontece sem que exista uma determinada organização e pessoas envolvidas. Existe um crescente recurso a esta postura/atitude de quem realiza ações ou idealiza novos métodos com o objetivo de desenvolvimento é cada vez maior e defende-se que os sistemas educativos atuais são capazes de dar um contributo para promover o empreendedorismo em todos os níveis, desde a entrada dos jovens no primeiro ciclo do ensino até à saída da universidade dos recém-formados.

Desta forma, o ensino profissional das suas características de cariz prático e facilitadoras da integração no mercado de trabalho, tem um papel importante a desempenhar que é o de preparar os jovens para um mercado de trabalho radicalmente novo, facultando informações e conhecimentos, competências técnicas e sociais, permitindo obter qualificações que

favorecem o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da personalidade do jovem.

O que é proposto neste plano de ação será implementar um programa de educação para o empreendedorismo na aprendizagem formal, numa disciplina do Curso Profissional ao longo dos 3 anos do curso, integrado na disciplina de Área de Integração.

Este plano de ação a implementar no agrupamento terá como base o programa de educação para o empreendedorismo designado por “A Empresa”, que é defendido pela Associação *Junior Achievement Portugal* (JAP), cuja missão é “Inspirar e Preparar os Jovens para terem Sucesso numa Economia Global”, preparando os jovens em ambiente escolar para lhes inculcar o gosto pelo empreendedorismo.

Atualmente, a JAP dispõe de onze programas de aplicação, de acordo com determinadas variáveis dos alunos tais, como a faixa etária, distribuídos pelos diversos níveis de ensino, Básico, Secundário e Universitário.

Estes programas serão implementados, por pessoas voluntárias de empresas associadas da JAP, que participam nas ações de formação no agrupamento para pôr em prática o plano de ação de empreendedorismo, em estreita parceria com os professores do agrupamento.

Aos alunos participantes nestes projetos são transmitidos conhecimentos que vão desde a gestão do seu próprio dinheiro, até à elaboração de um projeto de criação de um novo produto, serviço ou negócio.

Os programas de empreendedorismo, criados com a intenção de estabelecer uma ligação entre as escolas e o mundo do trabalho, devem a sua razão de ser e sucesso de implementação a três pontos de ancoragem considerados fundamentais: os associados, os professores e os alunos;

**Associados:** têm um papel que remete para a responsabilidade social corporativa, na medida em que os seus profissionais são incentivados a partilhar a sua experiência profissional, em regime de voluntariado,

para o ensino dos jovens. Este trabalho é desenvolvido em parceria com os docentes do agrupamento, com o intuito de adequar os conteúdos ao nível escolar dos alunos.

**Professores:** Tem um papel muito importante, pois são o elo de ligação entre as empresas e os alunos, são quem trabalha e acompanha no terreno os alunos durante o ano letivo. A JAP dispõe e propõe sessões de formação com o objetivo de preparar os professores para esta metodologia de ensino e facultar material didático para que os professores possam dedicar-se a criar com os seus alunos uma rotina de pensamento crítico e criativo para o futuro.

**Alunos:** Representam o papel principal, pois são para eles os programas da JAP. Através do contacto com os profissionais do mundo empresarial e com a ajuda dos materiais didáticos fornecidos, os alunos têm uma oportunidade de orientar a propensão para o empreendedorismo, de forma a conseguirem enfrentar esta nova economia global.

No programa A EMPRESA, os alunos são estimulados a criar a sua própria empresa, ao longo de um ano escolar. Muito resumidamente, este programa dá aos alunos a oportunidade de se prepararem para o mundo do trabalho, através da experiência de conduzirem a sua própria empresa.

O intuito é criarem uma empresa real com a ajuda de um voluntário e de um professor. Os alunos vendem ações, elegem presidentes e diretores, produzem e vendem produtos ou serviços, fazem relatórios, realizam reuniões de acionistas e, por fim, podem vender a empresa ou não, e no final criar uma nova. A intenção principal deste tipo de projeto é fomentar a cultura empreendedora nos jovens de forma a que, perante uma adversidade estes possam criar as suas próprias oportunidades.

Com a participação no programa, pretende-se que as equipas tenham o contato com a realidade empresarial e com isto adquiram experiência em empreendedorismo. Outro objetivo das “empresas” criadas passa por candidatarem-se a serem selecionadas para diversas competições, nacionais e internacionais, onde dão a conhecer as suas empresas e têm oportunidade de promover os seus produtos/serviços.

Nos eventos de promoção, as “empresas” são escrutinadas por um júri, que avalia o trabalho por elas desenvolvido de acordo com vários critérios, tais como a inovação e criatividade, utilidade do produto, qualidade do produto, entre outros.

A “empresa” eleita como a melhor, no âmbito do Concurso Nacional, poderá participar a Competição Europeia organizada pela *Junior Achievement Young Enterprise*<sup>2</sup> (JA-YE).

O programa A EMPRESA adota uma metodologia que se aplica no aprender a fazer, não apenas na teoria, mas na prática com a criação e gestão de empresas por parte dos alunos. Esta metodologia é considerada a mais adequada para facilitar a aprendizagem de conceitos relativos ao empreendedorismo.

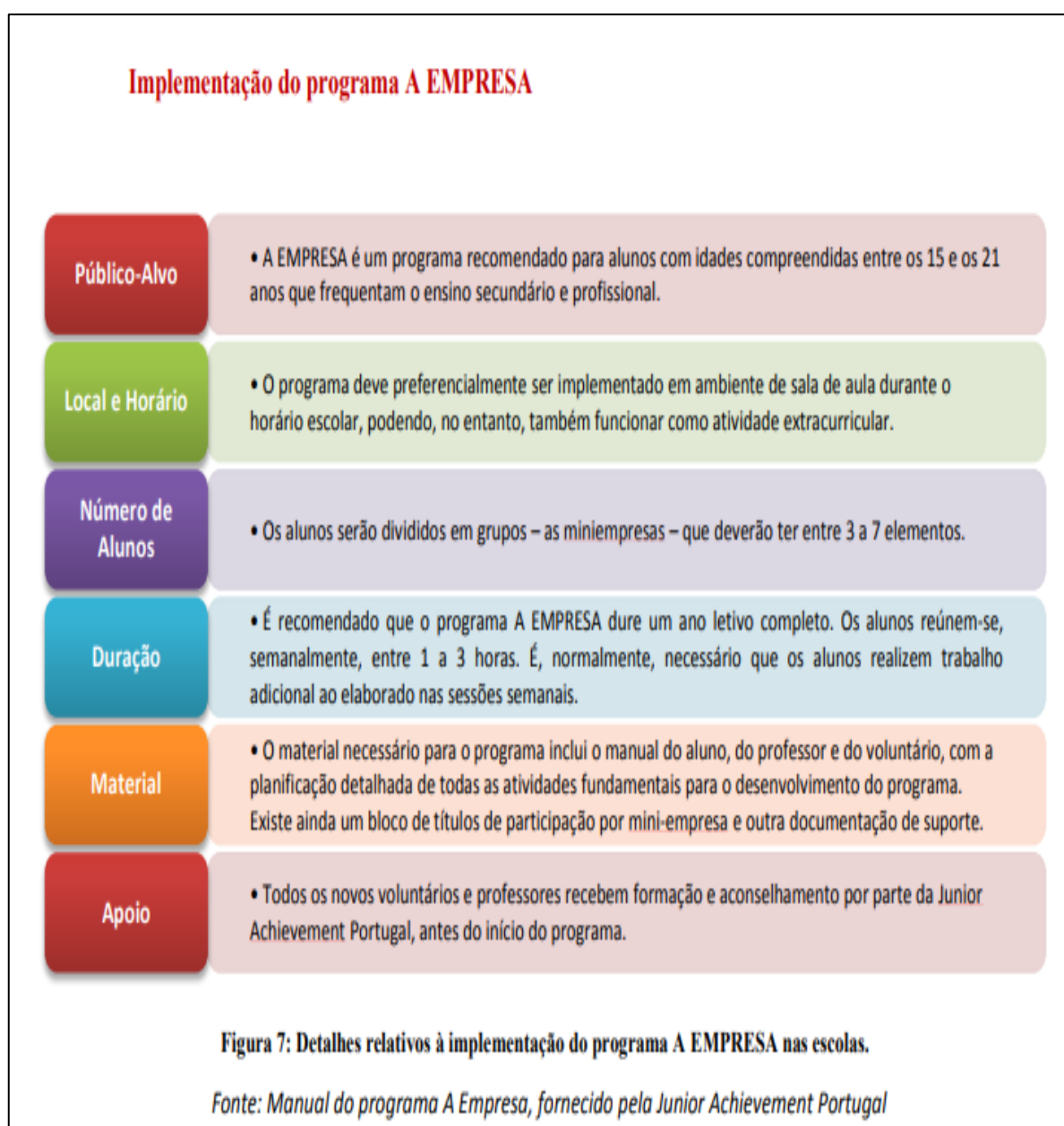
Promovem-se atividades baseadas no conceito escola/trabalho, em que se desenvolve um relacionamento com outros *stakeholders externos*, nomeadamente, empresas e municípios, numa demonstração de que a escola é uma porta aberta para a sociedade. As entidades envolvidas no processo aproveitam as mais valias destas parcerias tão essenciais no desenvolvimento da educação para o empreendedorismo.

---

<sup>2</sup> <http://japortugal.org/educacao/ensino-secundario/905-a-empresa.html>

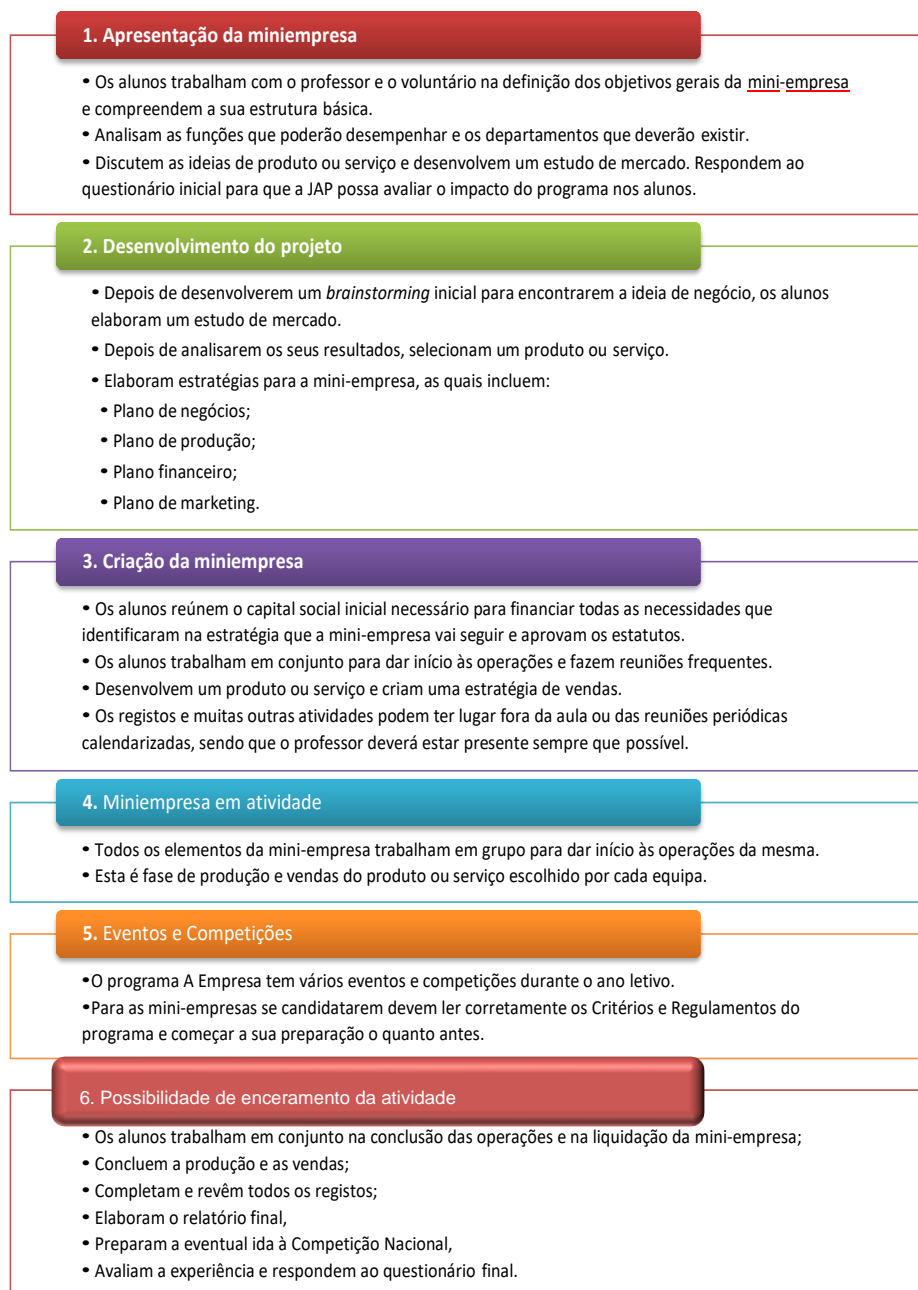
Desta forma, a escola permite a integração de outros *players* no desenvolvimento do empreendedorismo, com novas abordagens metodológicas, novas atividades e experiências que trazem para a sala de aula o exterior da escola em direção ao empreendedorismo dos jovens.

A implementação do programa A EMPRESA define-se segundo o seguinte quadro:



Este programa deve respeitar as várias fases de implementação constantes na cronologia definida pela JAP conforme quadro seguinte:

### **Etapas do programa A EMPRESA**



**Figura 6: Etapas do programa A EMPRESA, promovido pela JAP.**

*Fonte: Manual do programa A Empresa, fornecido pela Junior Achievement Portugal*

Impõe-se incluir uma outra vertente de plano de ação tendo em vista a integração plena destes ex-alunos na vida social, através da divulgação de informação sobre a possibilidade de constituição de uma cooperativa.

A ideia é que os estudantes estejam informados desta possibilidade, que compreendam o ideário da economia social e o modo como a constituição de uma organização deste género lhes pode permitir quebrar o ciclo de precariedade, em que vários deles se vão inserindo, e ao mesmo tempo dar asas às suas ideias de criação de serviços/produtos.

O conceito de cooperativa, segundo a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), <sup>3</sup>define-se como uma associação autónoma de pessoas, que se unem, voluntariamente, para satisfazer necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada.

Estes espaços onde se desenvolvem das cooperativas detêm um privilégio emergente para o exercício da democracia, onde se pratica a solidariedade, a igualdade, a equidade, o bem comum. Estes valores asseguram a sua identidade e marcam, por isso, a diferença entre a cultura solidária e outras culturas organizacionais.

A cooperativa é uma empresa com fins não lucrativos, onde a atividade exercida não tem como destinatários terceiros, mas sim os próprios membros da cooperativa. Na prática, a cooperativa é uma associação de pessoas (o sujeito) que funciona como uma empresa colaborativa (o meio usado pelo sujeito para desenvolver a sua atividade). Trata-se de uma organização voluntária, aberta a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro.

Apesar da cooperativa não visar o lucro pelo lucro, nada impede que ela o tenha.

---

<sup>3</sup> <https://www.cases.pt/sobre-nos/quem-somos/>

Porém quer na sua constituição, quer no seu funcionamento, a cooperativa tem de obedecer a princípios cooperativos, que se sobrepõem ao imperativo do lucro.

Nesta forma jurídica, a responsabilidade dos membros é limitada ao montante do capital subscrito, e os estatutos podem determinar que a responsabilidade dos cooperadores seja ilimitada ou limitada em relação a uns e ilimitada para os outros.

Propomos-mos a motivar os estudantes a constituírem uma cooperativa, com base na metodologia do programa Ubuntu e na informação disponível no regulamento da cooperativa na hora (CASES, 2020). O programa Ubuntu<sup>4</sup> é um programa de continuidade, assente num modelo de “ação-formação”, desenhado para atingir a transformação pessoal e social dos alunos, através da aquisição de novos conhecimentos, e para o desenvolvimento de competências práticas, na definição de um projeto de vida e/ou profissional sempre com o intuito empreendedor em mente.

Com efeito, trata-se de um programa que contempla vários eixos temáticos e um objetivo central, que é a formação de líderes sob a perspetiva de serviço aos outros. Aqui verifica-se um forte trabalho identitário baseado nos valores de partilha, solidariedade, trabalho colaborativo, responsabilidade e justiça.

Para além de ter como critério o escalão etário de juventude (18 e os 35 anos de idade), utiliza requisitos como a motivação, a disponibilidade e a maturidade dos candidatos, bem como uma pertença efetiva ou potencial a contextos de exclusão social.

Todo o projeto educativo incide numa formação para o exercício de “uma liderança de forma conjunta e ao serviço, e não de forma autocrática, disciplinadora ...”

---

<sup>4</sup> O Ubuntu é um programa de educação não formal promovido por uma OTS de base, o IPAV,. A sua fundação data de 2010, fruto das relações, e junção de vontades, essencialmente de duas instituições do Terceiro Setor e de três pessoas.

Desta forma, pretende-se munir os alunos de capacidades que lhes permitam iniciar os seus próprios projetos. Este percurso formativo pretende estimular a liderança, dando a conhecer os tipos de liderança existentes bem como definir estratégias e tarefas dos líderes. Deverá também o aluno compreender e realidade onde está inserido tornando-se num líder ativo e informado para que as suas decisões sejam tomadas com base no meio social em que está inserido.

Com a implementação deste projeto pretende-se concretizar o ponto 2 proposto em fomentar o empreendedorismo junto dos alunos como fator de criação do seu próprio emprego, bem como promover uma cultura que lhes permitirá ver a sociedade como um todo.

As cooperativas nascem, assim, das ideias individuais, partilhados a um coletivo de pessoas, que desta forma, assumem a liderança de criar as suas próprias vidas. De natureza essencialmente local, estas organizações têm a particularidade de criar valor e emprego dentro da própria comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e combatendo o despovoamento e a exclusão social normalmente dando resposta a necessidades premente no local onde se aplicam.

Com a implementação deste programa de criação de cooperativa espera-se dar resposta a estas necessidades que possam ser identificadas na fase inicial do projeto, de forma a promover a inclusão e a cooperação, para uma sociedade mais justa.

## 5. CONCLUSÃO

Depois de dez anos a lecionar exclusivamente no ensino profissional, e sempre na mesma escola, proporcionou-se através do presente mestrado, refletir um pouco sobre esta modalidade de ensino, nomeadamente: a mais valia deste tipo de ensino como contributo para o mercado de trabalho e sociedade em geral.

Em dez anos repletos de experiências pude presenciar muitas alterações nesta modalidade de ensino, quer a nível do processo de financiamento do ensino; as alterações curriculares; o incremento da oferta em função da procura por parte dos jovens; a dimensão das turmas, etc... Alterações estas que entendo como positivas, outras tenho-as como perceção negativa.

De uma forma geral, o ensino profissional continua a ser o tipo de ensino com o estigma de ser aquele para o qual são encaminhados os “meninos do insucesso”, expressão várias vezes utilizada por Joaquim Azevedo.

De uma forma errada, os alunos deste sistema de ensino eram conotados como dispensáveis para o sistema de ensino denominado como regular, dado que quase metade destes alunos têm reprovações, apresentam uma média de idades de 18 anos, um valor elevado quando comparado com a idade no ensino regular entre os 15-16.

Muitos destes alunos possuem, no seu percurso escolar vários processos disciplinares, “...e por isso os cursos profissionais são vistos como a alternativa para os maus alunos, os mais malcomportados, os que têm “dificuldades de aprendizagem”, ou seja, uma escola de segunda categoria” (Costa, 2010).

Com este estudo, posso concluir que este estigma tem vindo a ser alterado com a chegada de alunos, por opção própria, a esta modalidade de ensino, conforme representado nas respostas dos gráficos do estudo, sendo esta opção cada vez mais escolhida por alunos provenientes do ensino regular.

Dado que a opção de ingresso no ensino profissional é cada vez mais vinculada, esta decisão tem como fator primordial a vontade dos alunos, espelhada na maioria das respostas que escolhem como muito importante esta opção, seguido pelo conselho dos professores no prosseguimento desta modalidade de ensino, sendo também uma opção escolhida por conselho de familiares.

Os alunos estão mais focados, têm bem definidas as suas intenções no ato de escolha do percurso formativo que pretendem prosseguir e informam-se sobre as opções.

No que ao mercado de trabalho diz respeito, os alunos consideram que os cursos profissionais são um auxílio na sua integração numa empresa, apesar de muitos ingressarem em empresas que não são da área de trabalho, mas o percurso formativo, aliado aos períodos de estágio permite aos jovens crescer não só profissionalmente, mas também socialmente e tornam-se candidatos “apetecíveis” para integração nos quadros das empresas.

Em relação às empresas, estas têm uma opinião positiva, no que aos cursos profissionais diz respeito considerando esta modalidade de ensino uma mais valia que deve ser mantida. Estes *stakeholders* externos apreciam as competências técnicas que os ex-alunos aplicaram nas empresas apesar de considerarem que os conteúdos programáticos ministrados em contexto de sala de aula estão desatualizados em relação ao mercado atual.

Os respondentes dos questionários defendem a prevalência do estágio profissional como sendo uma mais valia no processo ensino/aprendizagem e consideram que os ex-alunos representam um acréscimo positivo à sua força de trabalho. Estes períodos de formação em empresa decorrem sem problemas, sendo os ex-alunos cumpridores, respeitadores e capazes de integrar a cultura da empresa para futuramente integrarem o mercado de trabalho.

Devo salientar que na maioria dos casos as empresas não dão continuidade na ligação dos ex-alunos com estas, não contratando os ex-formandos para os seus quadros de pessoal.

Os professores inquiridos caracterizam os ex-alunos como sendo cumpridores, disciplinados capazes de aprender os conteúdos programáticos definidos no programa. Consideram também que o ensino profissional evoluiu muito na última década sendo que as expectativas, dos docentes, em relação aos alunos que ingressam nestes cursos são de igualdade no que às capacidades dos mesmos, quando comparados com os alunos do ensino regular.

Efetivamente, o mais importante a reter nas visões partilhadas pelos docentes, é que os cursos profissionais representam uma mais valia no panorama educacional, tem uma importância crescente na integração dos jovens no mercado de trabalho e permitem também uma igualdade de acesso ao ensino superior para os jovens que frequentam esta modalidade de ensino.

Por outro lado, os docentes consideram que os ex-alunos adquirem competências ao nível do saber-saber, saber/ser e saber/estar uma vez que detêm capacidades para integrarem o mercado de trabalho após a conclusão do percurso formativo.

Para os inquiridos, no que à disciplina diz respeito, os ex-alunos são perfeitamente integrados e disciplinados quando comparados com os colegas do ensino regular, vindo corroborar com a perceção que adquiri ao longo dos anos de ensino que possuo.

Com o plano de ação proposto é pretendido sensibilizar os jovens inicialmente do percurso formativo profissionalizante para o desenvolvimento de características, capacidades, atitudes desejáveis no indivíduo, enquanto aluno, estudante, profissional e cidadão.

Este plano de ação deverá representar uma estratégia para tentar incentivar os jovens, cuja estratégia educacional foi diferente e que proporcionou um processo de ensino aprendizagem mais polivalente e, na sua raiz, de cariz mais prático.

Os alunos deverão transpor para as suas casas um espírito empreendedor, por forma a envolver as famílias nos projetos que possam surgir, propagando assim a cultura empreendedora para as famílias.

A escola poderá/deverá adquirir um novo “*mindset*” para que, os jovens e professores aprendam a ser empreendedores, uma vez que serão envolvidos em projetos que privilegiarão a relação da escola com o mercado de trabalho e a comunidade em geral, tendo a oportunidade de aplicar os conteúdos programáticos ministrados em algo concreto e real.

Relativamente ao ensino profissional, uma vez que tem um papel importante de preparar os jovens para um mercado de trabalho radicalmente novo, facultando informações e conhecimentos, competências e qualificações visando o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da personalidade do jovem, lança-se o desafio aos órgãos decisores de organizarem e reestruturarem os programas curriculares de todos os cursos profissionais para que todos os alunos possam participar em projetos/programas de educação para empreendedorismo no segundo ou terceiro ano do seu curso, como forma de os melhor preparar para o mercado de trabalho ou autoemprego.

O contributo da presente investigação inclui a divulgação de um “caso” específico de implementação de um programa de educação para o empreendedorismo numa turma do ensino profissional, dando a conhecer os desafios, constrangimentos da implementação de um programa desta natureza numa disciplina do curso, sendo este na área de Multimédia.

Permitiu também analisar o que alguns professores do agrupamento pensam sobre a promoção do empreendedorismo, concluindo-se que de fato há muito a fazer para que se reconheça uniformidade nas escolas na forma como atuam em prol da cultura empreendedora na comunidade escolar a que pertencem.

Resta concluir que de facto, há muito a fazer no âmbito da educação para o empreendedorismo, e não se perspetiva por parte da Tutela, até ao momento, estratégias significativas e eficientes neste ponto.

Fica o repto final para que a mentalidade de todos os agentes educativos se altere e se organize no sentido de criar condições para que todos os alunos/jovens em geral possam dizer: eu não nasci empreendedor, mas aprendi na escola a sê-lo!

*“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.*

Marthin Luther King

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Universidade Aberta. Porto: 25.
- Alves, J. M., & Azevedo, J. (2010). *Projecto Fénix*.
- Alves, L. A., Sousa, P. R., Morais, T. T., & Araújo, F. M. (2009). *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Apple, M. (2009). C.A. Torres, Globalization and education. Collected essays on class, race, gender and the State (pp. IX-XIX). *Techer College Press*.
- Azevedo, J. (1991). *Educação Tecnológica - Anos 90*. Lisboa: Edições Asa.
- Azevedo, J. (1994). *Avenidas de liberdade*. Lisboa: Edições Asa.
- Azevedo, J. (1996). Comunicação à Conferência sobre "Ensino Profissional - Ano 2000". *ANESPO*. Fátima.
- Azevedo, J. (1999). *O ensino secundário na Europa- O neoprofissionalismo e o sistema educativo mundial*.
- Azevedo, J. (2007). *Sistema educativo – Ensaio sobre a regulação transnacional de educação*. Vila Nova de Gaia: FML.
- Azevedo, J. (2009). *Escolas profissionais 1989-2009: As oportunidades e os riscos de uma inovação educacional que viajou da margem para o centro*.
- Azevedo, J. (2009). O ensino profissional, uma promessa sob ameaça. *Jornal Público*.
- Azevedo, J. (2010). Escolas Profissionais: uma história de sucesso escrita por todos. *Revista Formar* 72:7, 2010., 72:7.
- Azevedo, J. (2014). Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das.
- Azevedo, J. (2017). *Projetar o ensino profissional nestes tempos instáveis e incertos - (Re) encontrar e projetar o ensino profissional no século XXI pp 9-21*. Porto.
- Banks, J. (. (2010). *Multicultural education: issues and perspectives*. Hoboken: Wiley.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Boudelot, C. &. (1971). *L'ecole capitaliste em France. Paris: Maspero*. Paris: Maspero.

- Bourdieu, P. &. (1964). *Les héritiers*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. &. (1970). *La reproduction*. Paris: Éditions Minuit.
- Bravo, M. P., & Eisman, L. B. (1998). *Investigación Educativa*. 3ª. Ed Sevilha: Ediciones Alfar.
- CASES. (2020). Obtido de <https://www.cases.pt/cooperativas/cooperativa-na-hora/>
- CEDEFOP. (s.d.). *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. Luxemburgo.
- Conselho, E. (23-24 de março de 2000). *Conselho Europeu extraordinário de Lisboa para uma Europa da inovação e do conhecimento*. Obtido de [http://europa.eu/legislation\\_summaries/education\\_training\\_youth/general\\_framework/c10241\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c10241_pt.htm)
- Costa, M. H. (2010). O Ensino Profissional: um desafio para os professores. *Medi@ções*, pp. 46-59.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. . Coimbra: : Almedina.
- Creswell, J. (1994). *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*. Thousan Oaks: SAGE Publications.
- Cruzeiro, E. &. (1978). *Ensino secundário: duas populações, duas escolas*. *Análise Social*, 55, 443-502.
- Dale, R. (2004). Globalização e educação: demonstrando a existência de “uma cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação & Sociedade*, 25 (87), 423-460.
- Drucker, P. F. (2009). *Inovação e espírito empreendedor*. São Paulo: Pioneira.
- Figueira, E. (janeiro de 2003). Formação Profissional e Cultura: uma introdução. *Formação Profissional na Europa: Cultura, Valores e Significados*, pp. 11-22.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gomez, G. R., FLORES, J., & JIMÈNEZ, E. (1996). *Metodologia de la Investigacion Cualitativa*. Malaga: Ediciones Aljibe.
- Guba, E., & LINCOLN, Y. (1994). *Competing paradigms in qualitative research*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Heikkinen, A. ( 2004). Modelos, paradigmas ou culturas do ensino profissional. *Revista Europeia Formação Profissional*, 34-48.
- Johnson, B. O. (2007). *Toward a definition of mixed methods research*. Obtido de Journal of Mixed Methods Research: <http://mmr.sagepub.com/content/1/2/112>

- Koudahl, P. D. (2010). Vocational education and training: dual education and economic crises. . (Elsevier, Ed.) *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 1900-1905.
- Krawczyk, N. (2008). *O PDE: Novo modo de regulação estatal?* Obtido de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci doi:10.1590/S0100->
- Macguigan, J. (2009). *Modernity and postmodern culture. Philadelphia: Open University Press.*
- Marinis, P. (2008). Comunidade, globalização e educação: Um ensaio sobre a descoberta do social. p. 19.
- Martins, A. M. (1991). *Ensino técnico e profissional em Portugal: uma opção ou uma alternativa à via de ensino?* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Lisboa - Tese Mestrado.
- Martins, A. M. (1993). Ensino técnico e profissional: que alternativa à via de ensino. . *Atas II Congresso Português de Sociologia*, pp. 368-379.
- Martins, A. M., Azevedo, J., & Manuel, L. (2009). Expectativas Escolares e Profissionais dos jovens do 9.º ano. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 77-101.
- Michaela Brockmann, L. C. (2013). *Ensino Profissional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Orvalho, L., & Alonso, L. (2008). ESTRUTURA MODULAR NOS CURSOS PROFISSIONAIS DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS: INVESTIGAÇÃO COLABORATIVA SOBRE MUDANÇA CURRICULAR. *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. (p. 3013). Braga: Universidade do Minho.
- Pardal, L. (2003). *O Ensino Técnico em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Pardal, L., Franco, M. L., Dias, C., Novaes, G., & Sousa, C. P. (2003). O ensino técnico em Portugal e no Brasil: uma perspectiva da realidade.
- Punch, K. (1998). *Introduction to Social Research: Quantitative & Qualitative Approaches*. Londres: SAGE Publications.
- Robertson, S. N. (2007). Globalisation, education and development: Ideas, actors and dynamics. . *Londres: Department for International Development*.
- Rocha, M. (1995). *As Escolas Profissionais e a Construção da Identidade Social e Profissional dos Jovens*. Porto: Universidade do Porto.
- Rocha., F. (1987). *Fins e objectivos do sistema escolar português de 1820 a 1926*. Aveiro: Livraria Estampa.
- Sarkar, S. (2014). *Empreendedorismo e Inovação*. Escolar Editora.

- Stake, R. E. (1995). *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Stoer, S. R. (29 de fevereiro de 1990). As Escolas Profissionais e a Construção da Identidade Social e Profissional dos Jovens. pp. 11-53.
- Tarabini, A. (2010). Education and Poverty in the Global Development Agenda: Emergence, Evolution and Consolidation. *International Journal of Educational Development*, .
- Teodoro, A. &. (2007). Journal of Curriculum Studies. *Curriculum policy in Portugal - global agendas and regional and national reconfigurations*. , 42 (5) 621-647.
- Torres, L. L. (2011). *Liderança singular na escola democrática: ameaças e contradições*. Obtido em 11 de janeiro de 2015, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14179>
- Vieira, A. M., & Azevedo2, J. (2008). Factores que promovem o sucesso educativo nas escolas profissionais. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 7:26 (pp. 51-69).
- Yin, R. K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed) Thousand*. Oaks: SAGE Publications.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

## **Documentos e sites**

<http://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1364-estado-da-educacao-2017>

<http://infoescolas.mec.pt/Secundario/#.XPFxsfZFy00>

<http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>

[https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/portugal\\_pt-pt](https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/portugal_pt-pt)

<http://joaquimazevedo.com/martigos>

<https://data.dre.pt/application/eli/lei/46/1986/10/14/p/dre/pt/html>

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/609609/details/normal?!=1>

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/210801/details/maximized>

<http://iaportugal.org/educacao.html>

## 7. APÊNDICES

### Questionário Alunos

# “O ensino profissional no Agrupamento de Escolas de Fontes Pereira de Melo contribui para a empregabilidade dos alunos após conclusão do ensino secundário?”

Este inquérito é anónimo garantindo-se a confidencialidade das respostas.

Os dados pessoais recolhidos serão utilizados e tratados apenas para a finalidade de inquérito, no âmbito do estudo de caso em questão. Os dados pessoais recolhidos poderão ser utilizados de forma anónima, impossibilitando a identificação dos respetivos titulares, em estudos estatísticos. Ao aceitar estarei a dar consentimento para a sua utilização.

Marcar apenas uma oval.

Aceito

### 1 - Percurso Escolar

#### 1.1 Qual foi o curso que frequentaste?

Marcar apenas uma oval.

- Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
- Técnico de Eletrónica e Telecomunicações (VODAFONE)
- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores
- Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos (VODAFONE)
- Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
- Técnico de Manutenção Industrial – Mecatrónica
- Automóvel Técnico de Multimédia
- Técnico de Turismo

### 1.2 - Onde concluíste o 9º ano?

Marcar apenas uma oval.

- No ensino regular nesta escola
- No ensino regular noutra escola
- Num CEF noutra escola
- Num CEF neste agrupamento de escolas
- Noutro país

### 1.3 - Indica as três principais razões pelas quais optaste por um curso profissional:

Marcar tudo o que for aplicável.

- Aprendo uma profissão
- É uma forma mais fácil de fazer o 12º ano
- Arranjo emprego com mais facilidade
- Reprovei muitas vezes
- Gosto da área profissional do curso
- É uma formação de carácter mais prático
- Os meus pais incentivaram-me
- Os meus pais obrigaram-me
- Fui aconselhado pelos serviços de orientação escolar que frequentava
- Fico mais bem preparado para ingressar no ensino superior
- Fico mais bem preparado para ingressar no mundo do trabalho
- Outra situação \_\_\_\_\_

### 1.4 - Assinala qual a importância que cada interveniente teve na tua escolha do ensino profissional.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Escolha própria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conselho de familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conselho de amigos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conselho de professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orientação vocacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra situação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.5 - Ao longo da tua vida escolar alguma vez reprovaste? \*

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

1.6 - Se respondeste sim, preenche o seguinte quadro (se respondeste não passa para a questão seguinte).

Marcar apenas uma oval.

1º ano

2º ano

3º ano

4º ano

5º ano

6º ano

7º ano

8º ano

9º ano

10º ano

11º ano

12º ano

1.7 - Assinala com uma cruz quais foram, na tua opinião, as três principais razões para a(s) tua(s) reprovação(ões):

Marcar tudo o que for aplicável.

- Não gostava de andar na escola
- Não gostava dos professores
- Não percebia o que os professores diziam
- Não tinha condições em casa para estudar
- Algumas matérias eram difíceis
- Tinha problemas de saúde Interesses divergentes dos escolares
- Não tinha amigos na escola
- Faltava muito às aulas
- Comportamento desadequado em sala de aula
- Tinha problemas familiares
- Não estudava
- A avaliação foi injusta
- Outra situação Qual? \_\_\_\_\_

1.8 - Ao longo do teu percurso escolar interrompeste alguma vez os teus estudos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

1.9 - Se respondeste sim, indica o grau de importância que cada um destes itens teve para a tua decisão de interromper os estudos (se respondeste não, passa para a questão seguinte):

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
Não gostava de estudar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O que aprendia na escola não tinha utilidade nenhuma para uma profissão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Achava que não era importante estudar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tinha dificuldades em aprender	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tinha dificuldades económicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tive uma oportunidade de emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra situação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.10 - Indica a razão que mais influenciou a tua decisão de voltar a estudar:

Marcar tudo o que for aplicável.

- Falta de conhecimento
- Dificuldades de integração no mercado de trabalho
- Evolução profissional
- Prosseguimento de estudos

1.11 - Indica o grau de influência que cada um destes itens teve na tua decisão de frequentar o ensino profissional:

Marcar tudo o que for aplicável.

- Os cursos gerais do secundário exigiam muito esforço da minha parte
- O que investia na escola não valia o sacrifício
- Não pretendo prosseguir estudos superiores
- Os cursos profissionais têm mais saídas de emprego
- Outra situação.

1.12 - Como classificas as tuas expectativas quando entraste para o curso?

Marcar apenas uma oval.

- Não tinha
- Pouco elevadas
- Elevadas
- Muito elevadas

1.13 - Quando iniciaste o curso sabias quais as competências profissionais que devias adquirir ao terminar o curso?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Conhecia bem
- Conhecia mais ou menos
- Desconhecia

1.14 - Indica como avalias o curso que frequentaste, tendo em conta os seguintes aspetos:  
 Marcar apenas uma oval por linha.

	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Conhecimentos teóricos obtidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecimentos práticos obtidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preparação para a vida profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preparação para o prosseguimento de estudos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Interesse dos conteúdos tratados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilidade dos conteúdos tratados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de utilização de tecnologias e materiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecimentos de cultura geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.15 - Indica o teu grau de satisfação em relação ao curso que frequentaste, tendo em conta os seguintes aspetos:  
 Marcar apenas uma oval por linha.

	Mau	Regular	Bom	Ótimo
Aproveitamento nos módulos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aproveitamento nos estágios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horário semanal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salas de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos das salas de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número de horas de aulas práticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaços para as aulas práticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos das aulas práticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação com os professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação com os funcionários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação com os colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.16 - Qual a importância que atribuíste ao estágio?

Marcar apenas uma oval.

- Muita importância
- Alguma importância
- Pouca importância
- Nenhuma importância

1.17 - O que adquiriste com o estágio (selecciona duas opções)?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Aprender a trabalhar em equipa
- Melhoria das relações interpessoais
- Adquiri novos conhecimentos
- Conhecer as minhas capacidades
- Confiar nas minhas capacidades
- Melhor integração no mundo do trabalho
- Nada
- Outra situação.

1.18 - O estágio contribuiu para o ingresso no mercado de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outra:

1.19 - Após o estágio, a empresa onde decorreu o mesmo apresentou-te uma proposta de trabalho? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outra:

1.20 - Se respondeste sim na questão anterior, menciona o que consideras que contribuiu para te ter sido apresentada uma proposta de trabalho. Se respondeste não na questão anterior avança para questão seguinte.

---

1.21 - Se respondeste não, menciona o que consideras que contribuiu para não existir uma proposta de trabalho.

\_\_\_\_\_

1.22 - Quando terminaste o curso profissional, conseguiste entrar no mercado de trabalho? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outra: \_\_\_\_\_

1.23 - Qual das seguintes opções descreve melhor o teu percurso, depois de terminado o curso?

Marcar apenas uma oval.

- Encontrei um emprego após o curso e mantive-o até hoje
- Estive desempregado um a dois anos, depois consegui emprego e mantive-o até hoje
- Tive vários empregos e períodos de desemprego
- Consegui um emprego, após o curso, mas perdi-o recentemente devido à crise da pandemia
- Estive sempre desempregado
- Decidi trabalhar por conta própria, por não encontrar emprego
- Decidi trabalhar por conta própria, depois de ganhar experiência num emprego

1.24 - A empresa/organização onde iniciaste o teu percurso de trabalho é da mesma área que o curso que terminaste?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outra:

1.25 - Se respondeste sim, qual a área de negócio da empresa onde começaste a trabalhar?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Apoio à Gestão Desportiva
- Eletrónica e Telecomunicações
- Eletrónica, Automação e Computadores
- Gestão de Equipamentos Informáticos
- Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
- Mecatrónica Automóvel
- Multimédia
- Turismo
- Outra \_\_\_\_\_

1.26 - Consideras que após a conclusão de um curso profissional de uma forma geral, os recém-formados conseguem entrar facilmente no mercado de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

1.27 - Consideras que o curso profissional que concluíste contribuiu para a tua entrada no mercado de trabalho? \*

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Outra:

1.28 - Consideras, ou alguma vez consideraste, a possibilidade de criar o teu próprio emprego?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Talvez

1.29 - Se respondeste sim na questão anterior, o curso profissional contribuiu para essa ideia da criação do teu próprio emprego?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Talvez

1.30 - Consideras que os cursos profissionais orientam para o empreendedorismo dos jovens e estimulam a criação do seu próprio emprego?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

1.29 - Se respondeste não na questão anterior, o que consideras que seria importante alterar para garantir a orientação no sentido do empreendedorismo e criação do próprio emprego?

---



1.30 - Em que medida o curso correspondeu às tuas expectativas iniciais? \*  
Marcar tudo o que for aplicável.

- Totalmente
- Muito
- Alguma coisa
- Pouco
- Nada

## 2 - Caracterização sociodemográfica

### 2.1 - Género

Marcar tudo o que for aplicável.

- Masculino
- Feminino
- Outro

### 2.2 - Idade

Marcar apenas uma oval.

- 18-20
- 21-23
- >23

### 2.3 - Naturalidade (Concelho):

Marcar apenas uma oval.

- Porto
- Matosinhos
- Maia
- Vila Nova de Gaia
- Paredes
- Penafiel
- Gondomar
- Rio Tinto
- Outra: \_\_\_\_\_

2.4 - Residência (Concelho):

Marcar apenas uma oval.

- Porto
- Matosinhos
- Maia
- Vila Nova de Gaia
- Paredes
- Penafiel
- Gondomar
- Rio Tinto
- Outra:

2.5 - Qual é, atualmente, a tua situação face ao emprego?

Marcar apenas uma oval.

- Empregado por conta de outrem
- Empregado por conta própria (negócio próprio)
- Desempregado

2.6 - Quem foi o teu Encarregado de Educação durante o teu percurso formativo?

Marcar apenas uma oval.

- Pai
- Mãe
- Tu próprio
- Outro familiar
- Outra pessoa
- Prefiro não responder

2.7 - Assinala com uma cruz (X) o grau de ensino mais elevado que os teus pais (ou encarregado de educação (EE), se for outro) frequentaram/completaram:

Marcar tudo o que for aplicável.

- Não frequentou a escola e não sabe ler nem escrever
- Sabe ler e escrever, sem qualquer grau de ensino
- Frequentou a escola, mas não completou o 1º ciclo (antiga 4ª classe)
- Ensino Básico – 1º ciclo (antiga 4ª classe)

- Ensino Básico – 2º ciclo (6º ano)
- Ensino Básico – 3º ciclo (9º ano) Ensino Secundário (12º ano)
- Ensino Superior (Bacharelato / Licenciatura)
- Ensino Superior (Mestrado / Doutoramento)
- Prefiro não responder
- Não sei
- Outra: \_\_\_\_\_

2.8- Neste momento, qual é atividade principal do teu encarregado de educação (EE)?  
 Marcar tudo o que for aplicável.

	Trabalha por conta de outrem	Trabalha por conta própria	Subsídio desemprego	Reformado(a)	A cargo da família	Já faleceu	Outra situação	Prefiro não responder
Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Obrigado pela participação neste estudo.

## Questionário Professores

“O ensino profissional no Agrupamento de Escolas de Fontes Pereira de Melo contribui para a empregabilidade dos alunos após conclusão do ensino secundário?”

Este inquérito é anónimo garantindo-se a confidencialidade das respostas.

Os dados pessoais recolhidos serão utilizados e tratados apenas para a finalidade de inquérito, no âmbito do estudo de caso em questão. Os dados pessoais recolhidos poderão ser utilizados de forma anónima, impossibilitando a identificação dos respetivos titulares, em estudos estatísticos. Ao aceitar estarei a dar consentimento para a sua utilização.

Marcar apenas uma oval.

Aceito

## 1 - Informação sobre componente letiva

1.1 - Qual a componente que leciona no curso profissional? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sociocultural
- Científica
- Tecnológica

1.2 - Qual a disciplina que leciona nos cursos profissionais?

\_\_\_\_\_

1.3 - Leciona em quantas turmas dos cursos profissionais?

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6

1.4 - Quais as turmas que leciona?

Marcar tudo o que for aplicável.

- |                               |                               |                               |                               |                               |                               |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> P1MA | <input type="checkbox"/> P3AC | <input type="checkbox"/> P2DP | <input type="checkbox"/> P1RO | <input type="checkbox"/> P3EI | <input type="checkbox"/> P2MM |
| <input type="checkbox"/> P2MA | <input type="checkbox"/> P1GD | <input type="checkbox"/> P3DP | <input type="checkbox"/> P2RO | <input type="checkbox"/> P1ET | <input type="checkbox"/> P3MM |
| <input type="checkbox"/> P3MA | <input type="checkbox"/> P2GD | <input type="checkbox"/> P1TR | <input type="checkbox"/> P3RO | <input type="checkbox"/> P2ET | <input type="checkbox"/> P1PS |
| <input type="checkbox"/> P1AC | <input type="checkbox"/> P3GD | <input type="checkbox"/> P2TR | <input type="checkbox"/> P1EI | <input type="checkbox"/> P3ET | <input type="checkbox"/> P2PS |
| <input type="checkbox"/> P2AC | <input type="checkbox"/> P1DP | <input type="checkbox"/> P3TR | <input type="checkbox"/> P2EI | <input type="checkbox"/> P1MM | <input type="checkbox"/> P3PS |

1.5 - Há quantos anos letivos leciona?

Marcar apenas uma oval.

- <3 anos
- entre 3 e 10 anos
- entre 11 e 20 anos
- entre 21 e 30 anos
- entre 31 e 35
- > 35 anos

1.6 - Há quantos anos letivos leciona nos cursos profissionais?

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 ou mais

1.7 - O que é para si ensinar? Escolha 3 opções

Marcar tudo o que for aplicável.

- Um emprego
- Uma profissão
- Uma missão
- Uma atividade científica e técnica
- Uma atividade criativa
- Uma vocação
- Outra: \_\_\_\_\_

1.8 - O que gostaria de fazer nos próximos cinco anos?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Continuar a lecionar porque gosto;
- Aposentar-me o mais rapidamente possível por desmotivação com o ensino;
- Continuar a lecionar porque não tenho alternativa;
- Aposentar-me o mais rapidamente possível por motivos de saúde;
- Continuar a lecionar apenas no ensino profissional;
- Aposentar-me o mais rapidamente possível por me sentir cansado/a devido à minha idade;
- Continuar a lecionar apenas no ensino regular;
- Trabalhar noutra atividade não docente;
- Aposentar-me o mais rapidamente possível por querer viver a reforma com qualidade;

## 2. Informações sobre os cursos profissionais

2.1 - Como considera que o ensino profissional evoluiu, em Portugal, na última década?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Piorou muito
- Piorou
- Piorou pouco
- Melhorou muito
- Não melhorou, nem piorou

2.2 - Quais são as expectativas dos professores em relação aos alunos do ensino profissional?

Marcar apenas uma oval.

- Os alunos são mais indisciplinados
- Os alunos têm mais dificuldades de aprendizagem
- Os alunos não revelam interesse nos conteúdos programáticos
- Os professores não criam expectativas específicas sobre estes alunos
- Os alunos do ensino profissional têm as mesmas capacidades que os alunos do ensino regular

2.3 - Qual a importância que atribui aos cursos profissionais?

Marcar apenas uma oval.

- Muita importância
- Alguma importância
- Pouca importância
- Nenhuma importância

2.4 - O currículo dos cursos profissionais está atualizado mediante as necessidades da nossa sociedade?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

2.5 - Considera que os cursos profissionais estão adequados às necessidades do mercado de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, estão adequados às necessidades do mercado de trabalho
- Não, estão adequados às necessidades do mercado de trabalho

2.6 - Por favor, identifique quais entende serem as necessidades mais pertinentes, atualmente, no mercado de trabalho, na área do curso/s em que leciona.

---

---

---

2.7 - Considera que os cursos profissionais são uma mais valia como oferta formativa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

2.8 - Os alunos, dos cursos que leciona, à saída do percurso formativo adquiriram as competências necessárias para a integração no mercado de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

2.9 - Quais as competências que lhe parecem mais importantes para a formação dos alunos dos cursos profissionais? Selecione a ou as opções que considera mais importantes. \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Competências relacionais (saber-estar/ser)
- Competências técnicas (saber-fazer)
- Não destaco nenhuma
- Competências científicas (saber-saber)

2.10 - Considera uma mais valia a possibilidade de prosseguimento de estudos permitida pelos cursos profissionais para o ensino superior?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outra: \_\_\_\_\_

2.11 - Explique de forma sucinta a sua resposta, na questão anterior.

---

2.12 - Como caracteriza os alunos do ensino profissional, no que toca à disciplina (comportamento, em sala de aula)?

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente indisciplinados
- Indisciplinados
- Disciplinados
- Muito disciplinados

2.13 - Por comparação aos estudantes do ensino regular, como caracteriza os estudantes do ensino profissional, quanto à disciplina?

Marcar apenas uma oval.

- Mais indisciplinados
- Mesmo grau de disciplina
- Menos indisciplinados
- Não identifico um padrão

2.14 - Para si quais os principais problemas dos alunos, do ensino profissional, de hoje? (Pode indicar até dois problemas)

Marcar tudo o que for aplicável.

- Estão desorientados
- São desatentos
- Têm falta de apoio familiar
- Consomem drogas e álcool
- Estão desmotivados para o estudo
- Têm más relações com os docentes

2.15 - No geral os alunos dos cursos profissionais são/estão:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não concordo	Concordo, mas...	Concordo	Concordo plenamente
Mais indisciplinados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não têm bases de conhecimento para ensino regular	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São mais aplicados nas áreas técnicas do que nas áreas científicas e socioculturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estão receptivos na aquisição de conhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.16 - Perante as dificuldades da profissão de docente na relação com os alunos, nos dias de hoje, escolha o que considera ser a maior virtude do seu trabalho. \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Tenho os meus conhecimentos atualizados
- Uso metodologias variadas e diferenciadas
- Tenho boas relações com os alunos
- Giro bem as minhas aulas
- Preocupo-me com os meus alunos
- Cumpro o currículo e as recomendações da tutela

2.17 - Selecione a opção que melhor reflete o seu estado de espírito quando está nas aulas dos cursos profissionais. \*

Marcar apenas uma oval.

- Estou animado(a) e com vontade de ensinar;
- Apesar dos problemas esforço-me e, por vezes, estou animado(a);
- Vivo tudo de longe e com alguma indiferença;
- Estou cansado com tantos problemas;
- Estou infeliz;
- Sinto vontade em contribuir para o futuro dos jovens;

2.18 - Como define a sua relação com os alunos dos cursos profissionais? Escreva 3 palavras apenas para descrever esta relação. \*

\_\_\_\_\_

2.19 - O que lhe causa maior insatisfação quando leciona nos cursos profissionais? \*

Marcar apenas uma oval.

- Que os alunos pensem que sabem tudo sobre o ensino;
- Que me faltem ao respeito;
- Que os pais não se preocupem com a educação dos seus filhos;
- Sentir que as dificuldades dos alunos são demasiado estruturais para o tempo de contacto disponível;
- Outra: \_\_\_\_\_

2.20 - O que considera uma mais valia quando leciona nos cursos profissionais?

Marcar tudo o que for aplicável.

- A sensação de ter contribuído para o desenvolvimento profissional dos alunos;
- A relação de proximidade com os alunos;
- O reconhecimento dos alunos;
- O prosseguimento do contacto com os alunos após conclusão dos cursos;
- Capacidade de trabalho prático que o currículo permite;
- Contribuição para a integração no mercado de trabalho.
- Outra: \_\_\_\_\_

2.21 - Considera o estágio curricular, que faz parte da formação técnica dos cursos, é uma mais valia na integração do mercado de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Pouco importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

\_\_\_\_\_

2.22 - Após a conclusão do estágio curricular considera que os alunos regressam à escola diferentes?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

2.23 - O que considera como mudança na atitude e comportamento desses alunos? \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Os alunos regressam mais maduros
- Os alunos regressam mais conscientes das suas dificuldades
- Regressam mais frustrados
- Revelam mais empenho na sua aprendizagem
- Os alunos regressam menos motivado

### 3- Caraterização sociodemográfica e habilitações literárias

3.1 - Género \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Masculino
- Feminino

3.2 - Grupo disciplinar \*

---

3.3 - Idade \*

Marcar apenas uma oval.

- 25 - 35
- 36 - 45
- 46 - 55
- 56 - 65

3.4 - Naturalidade (Concelho ou país): \*

---

3.5 - Residência (Concelho): \*

---

3.6 - Qual o grau académico mais elevado que possui? \*

Marcar apenas uma oval.

- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Pós-Graduação
- Doutoramento
- Outra: \_\_\_\_\_

3.7 - Qual o Curso(s) Superior(es) que possui?

Marcar apenas uma oval.

- Licenciatura em Belas Artes Licenciatura em História da Arte
- Licenciatura em Tradução e Interpretação Ciências da Educação
- Licenciatura em Educação Social
- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
- Licenciatura em Direito
- Licenciatura em Gestão e Administrações Públicas
- Licenciatura em Sociologia
- Licenciatura em Biologia
- Licenciatura em Física
- Licenciatura em Geologia
- Licenciatura em Matemáticas
- Licenciatura em Química
- Licenciatura em Psicologia Engenharia, Indústria e Construção
- Licenciatura em Engenharia de Software
- Licenciatura em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações
- Licenciatura em Engenharia Informática
- Licenciatura em Engenharia Mecânica
- Licenciatura em Turismo
- Outra: \_\_\_\_\_

3.8 - Tem alguma formação adicional específica para a docência? \*

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Obrigado pela sua participação neste estudo!

## Questionário Alunos

“O ensino profissional no Agrupamento de Escolas de Fontes Pereira de Melo contribui para a empregabilidade dos alunos após conclusão do ensino secundário?”

Este inquérito é anónimo garantindo-se a confidencialidade das respostas.

Os dados pessoais recolhidos serão utilizados e tratados apenas para a finalidade de inquérito, no âmbito do estudo de caso em questão. Os dados pessoais recolhidos poderão ser utilizados de forma anónima, impossibilitando a identificação dos respetivos titulares, em estudos estatísticos. Ao aceitar estarei a dar consentimento para a sua utilização.

*Marcar apenas uma oval.*

Aceito

### 1 - Dados Pessoais

#### 1.1 - Idade

*Marcar tudo o que for aplicável.*

18-28

29-39

40-50

>50

## 1.2 - Género

*Marcar tudo o que for aplicável.*

Masculino

Feminino

## 1.3 - Naturalidade (Concelho ou país):

---

## 1.4 - Residência (Concelho):

---

## 1.5 - Funções desempenhadas na empresa?

---

## 1.6 - Qual a sua formação académica?

*Marcar apenas uma oval.*

1º ciclo do ensino básico completo

2º ciclo do ensino básico completo

3º ciclo do ensino básico completo

Ensino secundário completo

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

## 2 - Informação sobre estágio

### 2.1 - Qual a área de atividade da empresa que representa?

---

### 2.2 - A empresa que representa costuma acolher estagiários do Agrupamento de Escolas de Fontes Pereira de Melo?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

2.3 - Quantos estagiários costuma acolher ao longo do ano? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

2.4 - Encara os estágios curriculares presente nos cursos profissionais como: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Uma perda de tempo.
- Os estágios são uma mais valia no percurso de formação dos alunos.
- Muito curtos em período de tempo.
- Trazem pouco contributo para a organização.
- São importantes na integração de potenciais funcionários na cultura da empresa
- Outra: \_\_\_\_\_

2.5 - Considera os cursos profissionais uma mais valia no atual sistema de ensino a nível nacional?

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Sim
- Não

2.6 - Se respondeu sim na pergunta anterior, porque é que considera que os cursos profissionais são uma mais valia?

*Marcar apenas uma oval.*

- Porque prepara os alunos para o mercado de trabalho.
- Porque permite aos alunos aprender uma profissão ao mesmo tempo que estudam disciplinas de carácter geral.
- Porque torna os alunos mais maduros e responsáveis socialmente.

2.7 - Se respondeu não na pergunta anterior, porque é que considera que os cursos profissionais não são uma mais valia?

*Marcar apenas uma oval.*

- Porque os alunos são mal preparados para a vida ativa.
- Porque os cursos profissionais são facilitadores de obtenção de graduações académica.
- Porque os alunos que vêm do ensino profissional são mais indisciplinados.

2.8 - Considera que os estágios curriculares são uma mais valia para o processo de ensino/aprendizagem ministrado aos alunos?

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Sim
- Não
- Outra: \_\_\_\_\_

2.9 - Se respondeu não na questão anterior, a que se deve o fato de não considerar os estágios curriculares uma mais valia?

*Marcar apenas uma oval.*

- Os alunos vêm mal preparados no a conhecimento diz respeito.
- Os conteúdos abordados no curso estão desatualizados.
- Os alunos não têm interesse no processo de estágio.
- Os aluno têm interesses divergentes dos conteúdos programáticos no curso.

2.10 - Considera que o Agrupamento de Escolas de Fontes Pereira de Melo contribui para a formação de profissionais capazes de integrar o mercado de trabalho? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Outra \_\_\_\_\_

2.11 - Considera que os alunos estão preparados para integrar um estágio curricular?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Mal Preparados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bem Preparados

2.12 - Considera que os conteúdos programáticos são adequados à realidade do mercado de trabalho?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Nada Adequados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Perfeitamente Adequados

2.13 - Considera que os alunos em estágios são disciplinados e cumpridores das normas estipuladas pela empresa acolhedora? colocar afirmações.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, porque respeitam as indicações dadas pelo monitor de estágio.
- Não, porque não respeitam as regras e indicações dadas pela empresa acolhedora do estágio

2.14 - Está receptivo em contratar alunos para a V. empresa após a conclusão do curso?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

Obrigado pela participação neste estudo.



